Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 30 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.132

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50



Certame de concessão da "rodovia da morte" deve ter disputa acirrada

ECONOMIA Além dos tradicionais concorrentes, o leilão da BR-381 entre BH e Governador Valadares atrai novas empresas

A concessão da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, atrai interessados em função de uma nova modelagem que atende às reivindicações do mercado. Além das companhias que sempre marcam presença nos leilões, novas empresas estão dispostas a ingressar no certame, tornando a disputa mais acirrada.

Relator do projeto de concessão, o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, demonstrou ontem otimismo na nova tentativa de conceder a BR-381, conhecida como "rodovia da morte", após fracassos anteriores, incluindo o de novembro de 2023, quando o leilão foi cancelado por falta de interessados.

"Temos conversado muito com o setor privado. Neste mês de agosto, vamos dedicar bastante para ver, mas temos percebido que há interessados, sim, inclusive, novos *players*", ressaltou ontem Sampaio, durante evento de apresentação dos detalhes da concessão da BR-040, entre a Capital e Juiz de Fora. PÁG.4



Com a nova modelagem que atende à expectativa do mercado, a ANTT está otimista para a nova tentativa de conceder a BR-381 FOTO: DIVULGAÇÃO / ANTT

Usiminas acusa CSN de ignorar decisão judicial

PÁG. 7

Preço médio do frete recua 0,8% no 1º semestre

PÁG. 6

Singapura aposta em inovação e tecnologia

PÁG. 9

MPMG pedirá indenização de R$ 100 milhões por mineração na Serra do Curral

Uma indenização de R$ 100 milhões será cobrada de mineradoras com operações na Serra do Curral. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) vai impetrar uma ação civil pública contra a Mineração Pau Branco (Empabra) e a Taquaril de Terrenos e Construções devido à exploração predatória e ilegal na Mina Corumi, nas proximidades da Serra do Curral, e do descumprimento reiterado de obrigações assumidas em relação à recuperação ambiental da área. O MPMG pedirá uma liminar para proibir qualquer atividade na Mina Corumi. PÁG. 5



A extração mineral na Serra do Curral será alvo de uma ação civil pública do Ministério Público de Minas Gerais FOTO: BERNARDO DIAS / CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Diário do Comércio e Itatiaia iniciam parceria de conteúdo em suas plataformas

Uma parceria que promete levar informação de qualidade a toda Minas Gerais e também ao Brasil foi iniciada ontem. O Diário do Comércio, com sua *expertise* quase centenária na cobertura econômica, e a Itatiaia, com seu enorme alcance, compartilharão conteúdo em suas diferentes plataformas. O noticiário econômico diferenciado e aprofundado do Diário do Comércio poderá ser acompanhado em boletins diários da rádio. Os conteúdos também estarão disponíveis no *site* da Itatiaia. PÁG. 3

O noticiário econômico do Diário do Comércio será veiculado em boletins diários na Itatiaia FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ISA CUNHA

A Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável será essencial para adaptação às mudanças climáticas FOTO: VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

Área agrícola irrigada em Minas Gerais poderá aumentar para até 50%

Sancionada pelo Poder Executivo na última semana, a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável vai estimular o uso da tecnologia, aliada à reserva de água, em Minas Gerais. A expectativa é que a área irrigada no Estado seja expandida dos atuais 15% para até 50%. A política pública será fundamental para a adaptação às mudanças climáticas, o aumento vertical da produção agrícola e maior desenvolvimento no campo. O próximo passo será o desenvolvimento dos Planos Estaduais de Agricultura Irrigada para as regiões potenciais identificadas. PÁG. 8

ARTIGOS

EDITORIAL

O custo do crédito no Brasil, incluídos juros e demais encargos, é o terceiro mais elevado do planeta, chegando aos 18,2% ao ano, conforme pesquisa do Banco Mundial. O País perde apenas para Zimbábue e Madagascar neste quesito, um dos fatores de peso na composição do chamado Custo Brasil. Tudo isso impacta a economia, inibindo investimentos, produção e consumo, além de comprometer a competitividade da produção interna e o ambiente de negócios. E a um custo direto estimado pela OCDE em pelo menos R$ 1,7 trilhão a mais que a média dos países que fazem parte da organização. PÁG. 2

DÓLAR DIA 29

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,6250	R$ 5,6260
TURISMO	R$ 5,6710	R$ 5,8510
PTAX (BC)	R$ 5,6473	R$ 5,6479

EURO DIA 29

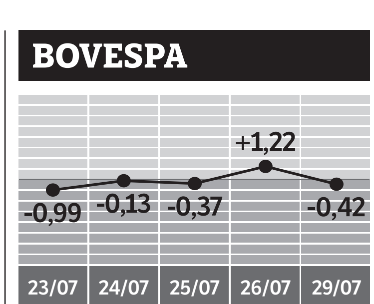
	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,1087	R$ 6,1116

OURO DIA 29

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.384,09
BM&F (g)	R$ 431,42

TR dia 1º	0,0739%
POUPANÇA dia 1º	0,5743%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA







OPINIÃO

Apagão cibernético global



Denis Furtado
Engenheiro de sistemas e diretor da Smart Solutions

No dia 19 de julho de 2024, o mundo foi surpreendido por um apagão cibernético de proporções inéditas. Tudo começou com alguns bits de código incorretos em uma atualização, mas as consequências foram catastróficas. Mais de 5 mil voos comerciais foram cancelados e negócios foram interrompidos, desde vendas no varejo até procedimentos em hospitais.

Esse evento trouxe perdas que podem alcançar US$ 1 bilhão, abalando também o tempo e a produtividade de pessoas em todo o mundo. E o que as empresas podem aprender com isso?

A falha pode até ser um evento isolado. Mas na verdade é reflexo de um problema sistêmico: a subestimação da complexidade dos processos associados à cibersegurança e atualizações. E o impacto financeiro é apenas a ponta do iceberg.

O episódio nos lembra que, no mundo digital, nada é trivial: pequenos erros podem desencadear uma série de eventos desastrosos. O que aconteceu é um alerta sobre a necessidade de um planejamento meticuloso e precauções robustas. Algumas práticas podem ajudar a diminuir esses riscos, mas naturalmente envolvem recursos e planejamento.

Muitas vezes uma prática relativamente simples, como atualizar os endpoints em etapas ou camadas progressivas já muda o jogo. Apenas por não implementar as atualizações todas de uma vez já é possível verificar se haverá ou não alguma consequência indesejada.

Não quero de maneira nenhuma culpar as vítimas que confiam no fornecedor e pagam um preço bem alto por isso. Ao contrário, aproveito o exemplo para reforçar a necessidade do C-Level dar ouvidos ao seu time de cyber-sec, entendendo que os riscos são reais e demandam investimentos racionais em prevenção.

Eu arriscaria dizer que na esmagadora maioria dos times de segurança encontramos um grande número de profissionais analisando toneladas de alertas enviados pelas ferramentas de *endpoint* e sem tempo para ações de planejamento racional. Considerando que hoje dispomos de ferramentas de IA já treinadas para fazer esse trabalho automaticamente, fica bem evidente que o retorno desse investimento é certo e rápido.

> *"O episódio nos lembra que, no mundo digital, nada é trivial: pequenos erros podem desencadear uma série de eventos desastrosos"*

Mantenha o monitoramento contínuo - Após uma atualização, o monitoramento contínuo dos sistemas é essencial para detectar e resolver problemas o mais rápido possível. Ferramentas de monitoramento em tempo real são essenciais e podem alertar sobre quaisquer anomalias, permitindo uma resposta rápida e eficaz.

Adote uma cultura de segurança - Para evitar futuros apagões cibernéticos, é essencial que as empresas desenvolvam uma cultura de cibersegurança em todos os níveis organizacionais. Isso significa que esse quesito deve ser uma prioridade desde o desenvolvimento até a implementação e o monitoramento contínuo, levando em conta educação, treinamento, investimento em tecnologia e uma governança rigorosa.

O apagão cibernético global daquela sexta-feira foi um alerta de que um planejamento meticuloso e as precauções robustas não são luxos, mas necessidades absolutas.

Adotar uma abordagem proativa e responsável é meio caminho para garantir que erros de código não se transformem em catástrofes globais. Afinal, a próxima falha pode estar apenas a um bit de distância.

Recuperação de empresas: estratégias e melhores práticas



Adalmir Alves dos Santos
Advogado, pós-graduado em Gestão Empresarial, Gestão para Alto Desempenho (FGV)

A recuperação de empresas é vital no atual cenário econômico. Com a volatilidade do mercado e crises econômicas frequentes, muitas empresas enfrentam desafios financeiros ameaçadores. Este artigo explora as principais causas do endividamento empresarial e apresenta estratégias eficazes para a recuperação financeira. Analisamos casos de sucesso e melhores práticas para fornecer um guia prático a gestores e empreendedores em dificuldades.

O endividamento empresarial pode resultar de má gestão financeira, crises econômicas, problemas de mercado e competitividade, fraudes e desastres naturais. Antes de implementar qualquer estratégia de recuperação, é crucial realizar um diagnóstico detalhado da situação financeira da empresa. Isso inclui a análise de balanços e demonstrações financeiras, avaliação do balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa, além da análise de indicadores financeiros como liquidez, endividamento, rentabilidade e giro de ativos. Identificar os principais problemas e passivos é essencial para determinar quais áreas da empresa estão contribuindo para a crise financeira.

Diversas estratégias podem ser adotadas para recuperar uma empresa endividada: reestruturação de dívida, negociação com credores, redução de custos, refinanciamento, venda de ativos não essenciais, atração de novos investimentos e melhor gestão de estoque. O sucesso na recuperação depende de um planejamento cuidadoso e execução rigorosa. É fundamental definir um plano claro com ações específicas e metas realistas, estabelecer metas de curto, médio e longo prazos e envolver as partes interessadas, como credores, investidores e funcionários, para obter seu apoio.

A recuperação é um processo contínuo que requer monitoramento constante e ajustes conforme necessário. Monitorar regularmente os indicadores financeiros e operacionais, revisar e ajustar o plano conforme preciso e estabelecer uma comunicação transparente são passos essenciais.

Um grande exemplo é a Marvel Entertainment, que enfrentou dificuldades financeiras nos anos 90, mas se recuperou através de reestruturação de dívidas e venda de direitos de personagens para estúdios de cinema.

A recuperação de empresas endividadas é um desafio complexo, mas essencial para a saúde econômica das organizações e do mercado. Com uma análise cuidadosa, um plano bem elaborado e execução disciplinada, muitas empresas podem recuperar a estabilidade financeira e o crescimento. A chave está em identificar as causas do endividamento, implementar estratégias eficazes e monitorar continuamente o progresso para fazer ajustes necessários.

EDITORIAL

Um olhar diferente

O custo do crédito no Brasil, incluídos juros e demais encargos, é o terceiro mais elevado do planeta, chegando aos 18,2% ao ano, conforme pesquisa do Banco Mundial. O País perde apenas para Zimbábue e Madagascar neste quesito, um dos fatores de peso na composição do chamado Custo Brasil. Uma questão bastante antiga e que tem entre seus principais componentes a grande diferença entre a taxa de captação e a taxa de aplicação dos recursos financeiros, um problema conhecido e que equivocadamente continua sendo tratado como questão fiscal.

Tudo isso impacta a economia local de forma dramática, inibindo investimentos, produção e consumo, além de comprometer a competitividade da produção interna e o ambiente de negócios. E a um custo direto estimado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em pelo menos R$ 1,7 trilhão a mais que a média dos países que fazem parte da organização. Competir e assegurar crescimento econômico sustentável e próximo da média global torna-se tarefa um tanto difícil. Mas não é tudo. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta também o custo de escoamento da produção, burocracia, custo para apurar impostos, qualidade do capital humano e do ensino como pontos que reduzem a competitividade. E o Movimento Brasil Competitivo (MBC) inclui na lista fatores como limitação da infraestrutura, insumos básicos, segurança jurídica, burocracia, inovação e até os custos para encerramento de negócios.

Enxergar o futuro ou, antes, transformar o futuro previsível nestas condições, é desafio cujas proporções o País parece não ter compreendido ainda. A política e seus agentes navegam no raso, repetem promessas e projetos validados exclusivamente pelo interesse mais imediato. O poder, mantê-lo ou conquistá-lo, parece ser o único objetivo, a única questão a ser considerada. E sem que exista, por consequência, projetos que sejam de Estado e como tais permanentes, independentemente das oscilações previsíveis e até necessárias no campo político. Trata-se, pura e simplesmente, de determinar com clareza e objetividade precisamente o rumo a ser seguido e os objetivos a perseguir, na realidade algo que deveria ser definido como trivial.

Distante desse ponto, do qual na realidade foi se afastando ao longo do tempo, o Brasil enfrenta perspectiva pior que a mera estagnação. Trata-se, com realismo e clareza, de regressão, algo da mais fácil percepção na indústria. Mudar significa, portanto, definir, fixar objetivos, metas a alcançar como expressão do interesse comum, traduzidos como objetivos nacionais e não mais de grupos.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes
EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte
pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO: R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À



SINDIJOR
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Diário do Comércio e Itatiaia iniciam projeto

PARCERIA Veículos se unem na divulgação de informação de qualidade para suas audiências, com troca de conteúdos no rádio, impresso e meios digitais

MARA BIANCHETTI, Editora

Dois dos veículos de comunicação de maior credibilidade de Minas Gerais iniciaram ontem uma parceria que promete levar informação de qualidade para os quatro cantos do Estado e também do Brasil. O Diário do Comércio, com sua *expertise* quase centenária na cobertura econômica, e a Itatiaia, com seu alcance, que cresce mais a cada dia, farão o compartilhamento de conteúdo em suas diferentes plataformas.

Em tempos de *fake news* e em um cenário em que credibilidade vale ouro, quem ganha são as audiências, que vão poder contar com a certeza de estarem consumindo notícias confiáveis e relevantes.

Na prática, a partir de agora, o conteúdo econômico diferenciado e aprofundado do Diário do Comércio poderá ser acompanhado também em boletins diários na Itatiaia, qualificando ainda mais a produção jornalística do veículo, que já é referência em temas cotidianos e de relevância em diferentes áreas, como esporte, política, prestação de serviços e entretenimento. Fundado há 72 anos por Januário Carneiro, ele se tornou a rádio mais ouvida do Brasil.

Para isso, eu, Mara Bianchetti, farei participações no Jornal da Itatiaia 1ª Edição, Jornal Itatiaia Tarde e no Jornal da Itatiaia Noite, com os principais destaques do dia na economia mineira e nacional, a partir das reportagens produzidas pelo único veículo especializado em economia, negócios e gestão de Minas Gerais.

Os conteúdos também estarão disponíveis no *site* da Itatiaia, que vai oferecer sua vasta capilaridade e presença no Estado para amplificar a voz do Diário do Comércio com seus milhões de ouvintes no *dial* e em seus canais digitais. Do outro lado, leitores do Diário do Comércio poderão ouvir a Rádio Itatiaia diretamente do portal do veículo e também conferir conteúdos de diferentes editorias nas versões impressa e digital do jornal.



A equipe do Diário do Comércio fará participações no Jornal Itatiaia 1ª Edição, Jornal Itatiaia Tarde e Jornal da Itatiaia Noite com os principais destaques do dia na economia mineira e nacional FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ISA CUNHA

Futuro passa pela colaboração - A presidente e diretora editorial do Diário do Comércio, Adriana Muls, defende que o futuro passa pela colaboração e ressalta que as duas empresas estão se unindo para entregar mais conteúdo para mais pessoas, em um movimento de fazer diferente – e trazer o olhar para além da informação do dia a dia. Isso porque, para ela, assim como a nova marca e toda a nova identidade visual do veículo, lançadas há dois meses, essa parceria também visa ampliar as conexões e possibilidades de acesso a conteúdos que vão além da "dureza" dos números.

"O Diário do Comércio se apropria muito fortemente do seu propósito e da sua responsabilidade enquanto veículo de comunicação. Estamos muito empenhados em ser e exercitar cada vez mais um jornalismo que seja transformador por meio de conteúdos com temas importantes para Minas Gerais. E aqui, são duas das instituições mais relevantes de jornalismo em Minas, emprestando uma à outra o que cada uma tem de melhor: a marca, o conteúdo de credibilidade e a grande capilaridade e capacidade de distribuição. Esse é só o início de diversas possibilidades", aposta.

Já o diretor-executivo e de mercado da empresa, Yvan Muls, reforça que ambos os veículos exercem um jornalismo de excelência e se fortalecem em uma ação inovadora para oferecer o melhor para suas audiências. "A economia vai muito além da mesa de executivos e dirigentes e do ambiente empresarial. A economia está presente no cotidiano das pessoas. E é isso que o Diário do Comércio vai entregar. Análises da conjuntura econômica, raio-x e desempenho dos setores produtivos, dados de mercado e emprego", adianta.

O vice-presidente da Itatiaia, João Vitor Xavier, reverencia a história do Diário do Comércio e enaltece sua referência no jornalismo econômico de Minas Gerais e do Brasil. "É um dos veículos mais importantes quando se fala de economia. Uma referência para todo mundo do mercado econômico e financeiro. Além de uma empresa muito séria e correta, dirigida por gente igualmente séria e correta, com um jornalismo de muita qualidade. Para nós, da Itatiaia, é um privilégio podermos levar ao ouvinte essa análise mais aprofundada de quem é *expert* no assunto, de quem conhece com profundidade o mercado e a pauta da economia, que está na vida da gente", diz.

> **"São duas das instituições mais relevantes de jornalismo em Minas emprestando uma à outra o que cada uma tem de melhor: a marca, o conteúdo de credibilidade e a grande capilaridade e capacidade de distribuição"**
> Adriana Muls

Empresas seguem independentes

Ressalta-se, por fim, que os veículos seguem independentes. A Itatiaia continua com seus controladores e gestores, da mesma forma que o Diário do Comércio segue com sua gestão e administração familiar. "O que estamos fazendo é somando esforços para levar, em um mundo tão desinformado, mais informação de qualidade", resume João Vitor Xavier.

"São veículos absolutamente independentes, com direções independentes, linhas editoriais independentes e com mandos empresariais diferentes, mas que colaborarão entre si. Porque ter muita informação não significa ter informação de qualidade, mas ter informação feita por gente séria, correta, que checa fato, notícia e informação; que faz jornalismo de profundidade", completa.

Ainda para o vice-presidente da Itatiaia, a melhor maneira de combater *fake news* é fazendo jornalismo de qualidade. "E é isso que faz o Diário do Comércio há 92 anos. É isso que a Itatiaia faz há 72 anos. Com a independência que os dois veículos têm, mas com a confiança que ambos têm de que há jornalismo sério por trás de cada cadeira em suas redações. Com a parceria, poderemos levar ao ouvinte da Itatiaia e ao leitor do Diário do Comércio informações checadas, conferidas e bem trabalhadas. Hoje em dia as pessoas têm acesso a muita informação, mas não necessariamente à boa informação. Como a Itatiaia acredita em boa informação e o Diário do Comércio também, estamos nos permitindo expandir nossos horizontes e levar aos nossos consumidores ainda mais informação de qualidade", reitera.

Por fim, o presidente do Conselho Gestor do Diário do Comércio, Luiz Carlos Costa, celebra a parceria e resume o intuito do projeto: "A Itatiaia, além de mineira, é a rádio de maior audiência no País. Nos unimos para fazer mais e melhor, numa parceria de sinergia de competências". **(MB)**



Jornalistas e diretores do Diário do Comércio e da Itatiaia celebram parceria de compartilhamento de conteúdo entre os veículos FOTO: NAICE DIAS / ITATIAIA

Concessão da BR-381 deve ter disputa acirrada

RODOVIAS FEDERAIS Trecho a ser leiloado, entre BH e Governador Valadares, atrai novos *players* do mercado; edital da "rodovia da morte" teve que passar por adequações

THYAGO HENRIQUE

Com uma nova modelagem que atende às solicitações do mercado, a concessão do trecho da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, está atraindo interessados. E o interesse não se restringe às companhias que, habitualmente, participam dos leilões, mas vem também de novas empresas, o que pode significar uma disputa acirrada no leilão da rodovia.

As informações são do diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio. "Temos conversado muito com o setor privado. Neste mês de agosto, vamos dedicar bastante para ver, mas temos percebido que há interessados, sim, inclusive, novos *players*", afirmou Sampaio em coletiva de imprensa na tarde de ontem. Ele é o relator do projeto de concessão.

Presente no evento de apresentação às instituições mineiras sobre os detalhes da concessão do trecho da BR-040, entre a Capital e Juiz de Fora, na Zona da Mata, arrematado pelo Grupo EPR, Sampaio destacou que tem visto novos entrantes participando dos certames. Segundo ele, este poderá ser o caso da própria BR-381. Ele lembrou que isso aconteceu no leilão da BR-040. Na época, a concorrência teve quatro interessados, o maior número para leilões de rodovias desde 2018.



BR-381, no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares, atrai novas empresas para leilão marcado no dia 29 de agosto; em novembro do ano passado, certame não teve interessados FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Alterações no edital da 381- Otimista para a nova tentativa de conceder a BR-381, conhecida como "rodovia da morte", após fracassos anteriores – incluindo o de novembro do ano passado, quando o leilão teve que ser cancelado por falta de interessados –, o diretor da ANTT, Guilherme Sampaio, atribuiu a confiança às alterações do edital.

Segundo ele, houve um trabalho integrado entre a ANTT e o Tribunal de Contas da União (TCU) para aperfeiçoá-lo, trazendo mudanças, por exemplo, no compartilhamento de riscos geológicos e de demanda. Sampaio também pontuou que o governo federal se comprometeu a executar as obras de duplicação de parte da BR-381, de Belo Horizonte até Caeté, na região metropolitana, e lidar com o reassentamento das famílias, retirando um grande risco do projeto. Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) esteve na Capital e reiterou a promessa de assumir as intervenções.

> **"Houve um trabalho integrado entre ANTT e Tribunal de Contas da União (TCU) para aperfeiçoar edital de concessão do trecho da chamada 'rodovia da morte'"**

Competição no certame da 040 - Além do leilão da BR-381, marcado para o dia 29 de agosto, o certame da BR-040, no trecho de Belo Horizonte a Cristalina (Goiás), previsto para 26 de setembro, também promete ser disputado.

Conforme o representante da ANTT, a concorrência pela concessão deste segmento da estrada será ainda superior à que ocorreu pela faixa da BR-040 entre a capital mineira e o município de Juiz de Fora.

De acordo com Sampaio, o projeto é atraente porque não tem riscos com grandes intervenções, tem várias duplicações já realizadas e diversas licenças emitidas. "Temos a convicção que bons projetos, boas modelagens, uma agência reguladora que realmente fiscaliza e faz gestão de forma conjunta vai trazer, sim, a atratividade de interessados", enfatizou.

Leilões preveem cerca de R$ 40 bi em investimentos em MG

Se tudo ocorrer conforme o esperado, até o fim deste ano serão quatro leilões seguidos de concessões de rodovias federais que passam por Minas Gerais, algo nunca visto na história dos certames. Em caso de sucesso de todos os pregões, a malha rodoviária do Estado será contemplada com cerca de R$ 40 bilhões de investimentos das concessionárias.

É o que destaca o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio. Ele esteve presente em Belo Horizonte para participar do evento de apresentação às instituições mineiras dos detalhes do contrato firmado entre a União e o Grupo EPR, que passará a gerir o trecho da BR-040 que liga a Capital até Juiz de Fora, na Zona da Mata. "Isso vai permitir uma transformação na infraestrutura terrestre do Estado para o desenvolvimento econômico e, sobretudo, social", enfatizou Sampaio em coletiva de imprensa.

O valor citado pelo representante da ANTT inclui o aporte de R$ 8,7 bilhões que a EPR terá que fazer no segmento de 232,1 quilômetros (km) da BR-040, que vai assumir no dia 6 de agosto, além das cifras previstas para as seguintes concessões:

- BR-381, de Belo Horizonte até Governador Valadares, no Vale do Rio Doce;
- BR-040, entre a capital mineira e a cidade de Cristalina (Goiás);
- BR-262, ligando Betim, na região metropolitana, até o município de Uberaba, no Triângulo Mineiro.

No caso da BR-381, a futura gestora terá que investir R$ 9,2 bilhões no trecho de 303,4 km, com leilão marcado para o dia 29 de agosto e que deve ter disputa acirrada. Sobre a segunda fatia a ser relicitada da BR-040, a empresa ganhadora do certame, marcado para 26 de setembro, terá que aportar R$ 12 bilhões. E quanto ao primeiro trecho da BR-262 a ser relicitado, cujo pregão está marcado para 31 de outubro, a companhia vencedora terá que aplicar R$ 8,5 bilhões na estrada. **(TH)**



Certame da BR-040, no trecho entre BH e Cristalina (GO), está previsto para 26 de setembro e também promete ser disputado FOTO: DIVULGAÇÃO / VIA 040



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

O4D COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 40.627.854/0001-17
NIRE N° 3130013643-4
Companhia Fechada
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
- EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

Ficam os senhores acionistas da O4D COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A. convidados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 2 (dois) de agosto de 2024, às 12:00 (doze horas), em sua sede social, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Aimorés, 981, 12° andar, parte, Bairro Funcionários, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, e a fixação de sua remuneração.

Belo Horizonte-MG, 25 de julho de 2024.
Josué Christiano Gomes da Silva - Presidente

OXFORD COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 06.316.597/0001-64
NIRE N° 3130001975-6
Companhia Fechada
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
- EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

Ficam os senhores acionistas da OXFORD COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A., convidados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 2 (dois) de agosto de 2024, às 11:00 (onze) horas, em sua sede social, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Aimorés, 981, 12° andar, parte, Bairro Funcionários, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, e a fixação de sua remuneração.

Belo Horizonte-MG, 25 de julho de 2024.
Josué Christiano Gomes da Silva - Presidente

MINERAÇÃO IGARAPÉ LTDA
CNPJ 16.621.765/0001-89 - NIRE 3120054309-7
REUNIÃO DE DIRETORIA E ASSEMBLEIA DE SÓCIOS
CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores quotistas da **MINERAÇÃO IGARAPÉ LTDA,** convocados para a Reunião de Diretoria e Assembleia de Sócios a realizar-se no dia 09 (nove) de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 11:00 (onze horas) em primeira convocação, e às 11:30 (onze horas e trinta minutos) em segunda convocação com qualquer número de quotistas, na sede da empresa na Rodovia MG – 10, KM 24,3 S/N, sala 21 prédio II, no Bairro Angicos em Vespasiano – MG, CEP 30.206-240, a fim de deliberar sobre o seguinte assunto: 1. ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

Vespasiano, 24 de Julho de 2024
Luiz Felipe de Campos Vieira
Representante Legal da Acionista Calcindo Participações e Engenharia S.A

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("Usiminas" ou "Companhia") vem pelo presente, tendo em vista a notícia divulgada em 26.07.2024 pela Folha Online - SP, confirmar a existência de decisão, no âmbito de ação judicial atualmente em curso e que corre em segredo de justiça, que determinou à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN reduzir sua participação na Usiminas de 12,9% para menos de 5% do capital social, por meio da alienação de ações, na forma do Termo de Compromisso de Desempenho - TCD celebrado em 2014 entre a CSN e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. A esse respeito, a Companhia confirma ainda a informação constante da referida notícia, no sentido de que houve o decurso do prazo estipulado pelo juízo para a alienação das ações, sem que a CSN tenha cumprido tal decisão judicial.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2024
Thiago da Fonseca Rodrigues
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Companhia Transirapé de Transmissão
CNPJ nº 07.153.003/0001-04 - NIRE nº 31.3.0002100-9
Ata de Assembleia Geral Ordinária nº 02/24 Realizada em 10 de Abril de 2024

10/04/2024, às 12h, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 6.721.505,44, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 1.680.376,36, observado o disposto no artigo 33 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(c)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 5.041.129,08, condicionada à aprovação prévia do Agente financiador da Companhia, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, a distribuição, a título de dividendos adicionais originados da rubrica Reserva de Lucros à Realizar, o montante de R$ 3.500.000,00, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade em caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 11845891 em 18/07/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO - NIRE 31300021009 e Protocolo 244263361 - 16/07/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Companhia Transudeste de Transmissão
CNPJ nº 07.085.630/0001-55 - NIRE nº 31.3.0002076-2
Ata de Assembleia Geral Ordinária nº 02/24 Realizada em 10 de Abril de 2024

10/04/2024, às 12h30min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 11.393.611,54, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 2.848.402,89, observado o disposto no artigo 33 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(c)** Distribuir, a título de dividendos, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 8.545.208,65, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, a distribuição, a título de dividendos adicionais originados da rubrica Reserva de Lucros à Realizar, o montante de R$ 3.500.000,00, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade em caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico registro sob o nº 11863638 em 26/07/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO - NIRE 31300020762 e Protocolo 244263710 - 16/07/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Serra do Curral: MP cobra R$ 100 mi por mineração

INDENIZAÇÕES Ministério Público de Minas Gerais anunciou ação civil pública contra a Empabra e a Taquaril

RODRIGO MOINHOS

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) vai cobrar uma indenização de R$ 100 milhões de mineradoras com operações na Serra do Curral. A ação civil pública será movida contra a Mineração Pau Branco (Empabra) e a Taquaril de Terrenos e Construções.

A medida, segundo o MPMG, será tomada em função da exploração minerária predatória e ilegal na Mina Corumi, nas proximidades da Serra do Curral, e do descumprimento reiterado de obrigações assumidas no sentido de proceder à recuperação ambiental da área.

O MPMG buscará a concessão de liminar para proibir qualquer atividade na Mina Corumi e formas para proceder com o seu fechamento definitivo. Para tanto, será necessária a elaboração e execução de um Plano de Fechamento de Mina que preveja a destinação final da área recuperada para finalidades compatíveis com seus atributos ambientais e culturais, a ser acompanhado por auditoria técnica independente.


Mineradoras atuam em áreas situadas no cartão postal de Belo Horizonte FOTO: VANDER-BRAS / PBH-2023

"O MPMG buscará a concessão de liminar para proibir qualquer atividade na Mina Corumi e formas para proceder com o seu fechamento definitivo"

A ação buscará, ainda, que seja determinado à Empabra o depósito da integralidade dos valores provenientes do aproveitamento do material extraído da Mina Corumi, bem como o bloqueio judicial de até R$ 50 milhões como forma de assegurar a realização do direito da sociedade à compensação integral pelos danos ambientais materiais e morais ocorridos na Serra do Curral.

O pleito foi proposto pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte e pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba, e foi assinado pelos promotores de Justiça Nívia Mônica da Silva e Lucas Pardini Gonçalves.

Atividades - As atividades da Empabra na Mina Corumi vêm desde a década de 1950, quando resultaram em uma cratera e uma grande pilha de materiais finos que, à época, não possuíam valor econômico.

Segundo a ação, "verifica-se, portanto, que há mais de vinte anos a ré faz uso de manobras escusas para auferir lucros ilícitos às custas de mais degradação à Serra do Curral, sob o mesmo pretexto de que as intervenções clandestinas se voltam à recuperação da área protegida".

A área afetada fica no alinhamento da Serra do Curral, limite entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, inserida em diversos espaços territoriais especialmente protegidos, como a Área de Proteção Ambiental Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte (APA Sul da RMBH) e as zonas de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Rola Moça (PESRM), do Parque Estadual da Baleia e do Parque Municipal das Mangabeiras.

Neste ano, a Empabra chegou a ter as operações interditadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), mas a empresa conseguiu uma liminar para voltar a movimentar minério de ferro na área de forma emergencial.

Porém, em junho, a Justiça voltou a interditar as atividades na mina da Empabra.


EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Preço do frete recua no primeiro semestre

TRANSPORTE DE CARGAS Em Minas, valores são considerados defasados por conta da redução da demanda de alguns setores

RODRIGO MOINHOS

O preço médio do frete por quilômetro rodado no País teve alta de 1,77% em junho, mas fechou o semestre com redução de 0,8%, foi o que apontou a última análise do Índice de Frete Edenred Repom (IFR). O valor registrado em junho, de R$ 6,31, foi o segundo mais alto do semestre, atrás apenas da média de janeiro, quando o quilômetro rodado ficou em R$ 6,36. Em Minas Gerais, a média pode variar entre R$ 6 e R$ 15, dependendo do tipo de carga e do veículo utilizado.

A pesquisa revelou ainda que, apesar da estabilidade no preço do diesel em junho - que segundo o Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL), teve altas de 0,2% e 0,3% nos tipos comum e S-10, respectivamente, ante o mês anterior -, o valor médio do frete passou de R$ 6,20 para R$ 6,31, o maior valor desde o registrado em janeiro deste ano.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Adalcir Lopes, Minas Gerais se manteve nessa média nos valores de frete, entretanto, segundo apontou ele, os preços podem sofrer alguma diferença por conta de fatores como especificidade da carga, tipo de caminhão a ser utilizado e como retorna o veículo, com ou sem carga. Ainda assim, os valores do quilômetro rodado podem variar entre R$ 6 e R$ 15.

"Minas Gerais é considerada o trevo do País, por onde passa todo tipo de carga. Sem contar que é um estado no qual tem o setor de agronegócio e a mineração muito fortes. Porém, devido ao cenário de preços mais baixos dos minérios no mercado internacional, menos minério tem sido transportado e, com os produtores de soja e milho esperando preços melhores para comercializar sua produção, o setor de transportes vem encontrando uma demanda reduzida nos últimos meses e ainda estamos trabalhando com valores defasados", destacou.

Além desses fatores, o dirigente explicou que o segmento também vem sofrendo com os aumentos de custos e com a falta de mão de obra no mercado. "Como se não bastasse, o desespero por parte de algumas empresas, ao oferecer descontos muito grandes para conseguir o frete, acaba prejudicando as outras empresas do setor. Com isso, o impacto acaba sendo maior na categoria", salientou o dirigente.

Na análise semestral, o IFR mostrou uma queda de 0,8% no preço do frete, que em janeiro foi de R$ 6,36 e teve em abril o mês com o menor valor, a R$ 6,17. Para os próximos meses, a expectativa, segundo o Diretor da Edenred Repom, Vinicios Fernandes, é de estabilidade, apesar do recente anúncio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de uma atualização dos coeficientes dos pisos mínimos de frete do transporte rodoviário de carga em mais de 1%.

Expectativa - "Não descartamos a possibilidade de um viés de alta no preço do frete, motivada pelo comportamento do preço do diesel, que corresponde a cerca de 40% do custo do frete. Na primeira quinzena de julho, o preço do diesel foi influenciado pela oscilação do dólar e pelo encarecimento do biodiesel. Vale lembrar que o combustível não tem seus preços reajustados pela Petrobras a distribuidoras desde agosto do ano passado", apontou Fernandes.

O IFR é um índice do preço médio do frete e sua composição, levantado com base nas 8 milhões de transações anuais de frete e vale-pedágio administradas pela Edenred Repom.

> **"Como se não bastasse, o desespero por parte de algumas empresas, ao oferecer descontos muito grandes para conseguir o frete"**
> Adalcir Lopes



Em Minas Gerais, valor do frete pode variar entre R$ 6 e R$ 15 por quilômetro rodado FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSSANDRO CARVALHO

CONSTRUÇÃO CIVIL

Cbic eleva projeções de crescimento para 2024

São Paulo - A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) elevou pela segunda vez sua projeção de crescimento para o setor em 2024, citando, entre outros fatores, expectativas positivas para o crescimento da economia brasileira e maior incremento do financiamento imobiliário com recursos do FGTS.

A entidade elevou a previsão de crescimento este ano de 2,3% para 3%, conforme comunicado divulgado ontem. A Cbic já havia ampliado uma previsão anterior em março, que indicava acréscimo de 1,3% no ano para o setor.

Segundo a Cbic, a perspectiva positiva para o crescimento da economia brasileira, um mercado de trabalho resiliente e expectativas melhoradas do empresariado da construção sobre novos lançamentos imobiliários, geração de emprego e compra de insumos impulsionaram a revisão da projeção pela entidade.

Também contribuiu para a melhora da perspectiva um salto nos financiamentos imobiliários com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de acordo com a Cbic.

As contratações de crédito imobiliário via FGTS saltaram 75% nos primeiros seis meses de 2024, para 67,2 bilhões de reais, segundo dados deste mês da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), reflexo das novas medidas do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

A Abecip prevê que os financiamentos imobiliários, incluindo os com recursos da poupança, subirão 7,8% este ano.

"O financiamento para obras de construção civil -- em especial de habitação -- depende fortemente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do FGTS. No monitoramento da movimentação dessas duas fontes de recursos, a Cbic verificou que o SBPE teve dois meses de captação líquida positiva por dois meses consecutivos, em maio e junho, o que não acontecia há quase três anos", afirmou a Cbic em comunicado.

A entidade destacou, contudo, que houve perda de recursos na caderneta de poupança no primeiro semestre, motivada principalmente pelos juros elevados.

A Cbic também divulgou a sondagem de julho com as perspectivas dos empresários, que destacou como fatores positivos o ciclo de queda da taxa de juros (apesar do patamar ainda elevado), projeções favoráveis para o MCMV e expectativas em torno do Novo PAC.

"Os empresários ouvidos, no entanto, apontam que a elevada carga de impostos sobre o setor é a principal causa de preocupação", disse a entidade, acrescentando que a falta ou o alto custo da mão de obra não qualificada também se mostrou outra preocupação. **(Reuters)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 04/2024** - PROCESSO LICITATÓRIO **Nº 15/2024**

Torna público aos interessados a realização do Pregão Eletrônico em epígrafe, cujo objeto é o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de conservação e asseio, bem como acessórios domésticos para atender as necessidades do Codap e de seus municípios consorciados. O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: www.altoparaopeba.mg.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br e ocorrerá no endereço http://codap.licitapp.com.br. Abertura das propostas: 09/08/2024, às 09 horas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF

CONSTRUTORA ATERPA S/A
CNPJ/MF 17.162.983/0001-65 - NIRE 3130002413-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Realizada em 27 de junho de 2024 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 10 horas do dia 27 de junho de 2024, na sede social da Construtora Aterpa S.A. ("Companhia"), localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, Bairro Estoril, CEP 30.494-460. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. 3. MESA DIRIGENTE: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Pentagna Guimarães Salazar, tendo como secretário o Sr. Lucas Magalhães Vasconcelos. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a lavratura da ata da AGE na forma sumária como faculta o §1º do art. 130, da Lei das S.A.; (ii) criação da filial de Catas Altas, (iv) com a consequente alteração do artigo 2°, do Estatuto Social da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia e após a discussão das matérias, sem que houvesse requerimento de leitura dos documentos previstos no art. 133, da Lei das S.A., os acionistas, sem quaisquer restrições, resolveram deliberar o seguinte: (i) Aprovar a lavratura da ata da AGE na forma sumária nos termos do §1º do art. 130, da Lei das S.A.; (ii) Criação da Filial Catas Altas: Aprovar a criação de uma filial na cidade de Catas Altas, Estado de Minas Gerais, no endereço Rua da Paz, 500, bairro Morro da Água Quente, CEP 35969-000. (iii) Alteração do Estatuto Social: em função da aprovação da extinção acima disposta, fica aprovada e ratificada a alteração do artigo 2º, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar da seguinte forma: Art. 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, letra A, bairro Estoril, CEP 30494-460, podendo, por deliberação de sua Diretoria, ser criados e extintos departamentos, canteiro de obras, escritórios, filiais, sucursais ou agências em qualquer localidade do País. Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui as seguintes filiais, sucursais e escritórios: I - Filial Olhos D`Água - Rua São Pedro da Aldeia, nº 1251, no Bairro Olhos d'Água, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.390-000 – NIRE 3190107900-1 – CNPJ: 17.162.983/0005-99; II - Sucursal Peru – Cidade de Lima Tradiciones n. 176, Dpto. 201 Surco – República do Peru – RUC 20127619965; III - Filial Administrativa – Rua Wilson Rocha Lima, nº 25, sala 301, letra B, bairro Estoril, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30494-460 – NIRE 3190257474-0 e CNPJ: 17.162.983/0027-02; IV – Filial Itabira - Avenida France de Paula Andrade, nº 513 - A, bairro Vila Nações Unidas, na cidade de Itabira/MG, CEP 35.900-053 - NIRE 3190262259-1 e CNPJ: 17.162.983/0028-85; V - Filial Pará – Rua do Sossego, nº 0, bairro São Félix Pioneiro, na cidade de Marabá/PA, CEP 68513-626 – NIRE 1590042014-9 e CNPJ: 17.162.983/0025-32. VI – Filial Jeceaba - Avenida Brasilino Cardoso Machado, nº 200, bairro Centro, na cidade de Jeceaba/MG, CEP 35498-000 – NIRE 3190276093-4 e CNPJ: 17.162.983/0031-80; VII - Filial Santa Catarina: Rua Lino Luiz da Silva, S/N, lote 01, bairro Sertão do Maruim, na cidade de São José/SC, CEP 88122-075 – NIRE 4290205232-7 e CNPJ: 17.162.983/0032-61; VIII - Filial Mariana: Rua Wenceslau Braz, nº 182, Bairro Centro, na cidade de Mariana/MG, CEP 35420-027 - NIRE 3190283210-2 e CNPJ: 17.162.983/0034-23; IX - Filial São Brás do Suaçuí - Rodovia BR-383, S/N, KM 15, Área Rural, Centro, na cidade de São Brás do Suaçuí /MG, CEP 35494-000 – NIRE 3190288976-7 e CNPJ 17.162.983/0037-76; X - Filial Congonhas - Rua Geraldo Pinto, nº 69, bairro centro, na cidade de Congonhas/MG, CEP 35.900-053 - NIRE 3190288975-9 e CNPJ 17.162.983/0036-95; XI - Filial Ouro Preto II – Rodovia MG 129, KM 130, bairro Antônio Pereira, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP 35411-000 – NIRE 3190291297-1 e CNPJ: 17.162.983/0038-57; XII – Filial Itabirito - Travessa Domingos Pereira Silva, nº 52, loja 1, bairro Centro, na cidade de Itabirito/MG, CEP 35450-039 – NIRE 3190295703-7 e CNPJ: 17.162.983/0040-71; XIII – Filial Barão de Cocais - Avenida Wilson Alvarenga de Oliveira, nº 555, apto 100, bairro Viúva, CEP 35970- 972 – NIRE 3190295702-9 e CNPJ: 17.162.983/0039-38; XIV - Filial Congonhas II - Rua André Bonifácio, nº 130 A, bairro Pires, CEP 36.417-228 – NIRE 3190298195-7 e CNPJ: 17.162.983/0041-52; XV - Filial Alto Horizonte - Avenida E, s/n, quadra 0005, lote 0009, bairro setor industrial, CEP 76.560-000 – NIRE 5290170746-8 e CNPJ: 17.162.983/0042-33; XVI - Filial Inocência - Rua Jaime David, 604, bairro Jardim Bocaina, na cidade de Inocência/MS, CEP 79580- 000 – NIRE 5492008639-4 e CNPJ: 17.162.983/0043-14; XVII - Filial Inocência - Rua da Paz, 500, bairro Morro da Água Quente, na cidade de Catas Altas/MG, CEP 35969-000. – Em fase de obtenção de NIRE e CNPJ. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes (JASA Participações S.A. – André Pentagna Guimarães Salazar), ficando autorizada a sua lavratura na forma de sumário e sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. Certificando o Secretário (Lucas Magalhães Vasconcelos) e o Presidente (André Pentagna Guimarães Salazar) que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o n° 11834394 em 12/07/2024 da Empresa Construtora Aterpa S/A., NIRE 31300024130 e protocolo 24427164 - 10/07/2024. (a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

Companhia Transleste de Transmissão
CNPJ nº 05.974.828/0001-64 - NIRE nº 31.3.0001868-7

Ata de Assembleia Geral Ordinária nº 02/24 Realizada em 10 de abril de 2024

10/04/2024, às 12h15min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberações: (i)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, as contas da Diretoria, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii)** Considerando o resultado apurado pela Companhia no exercício findo em 31/12/2023, que aponta um lucro líquido no importe de R$ 18.175.766,38, as Acionistas deliberam, sem ressalvas e por unanimidade: **(a)** Não destinar parcela do Lucro à Reserva Legal, considerando que o saldo desta já atingiu o limite máximo de 20% do Capital Social da Companhia, conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76; **(b)** Distribuir, a título de dividendos mínimos obrigatórios, o montante de R$ 4.543.941,60, observado o disposto no artigo 33 do Estatuto Social, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024; e **(c)** Distribuir, a título de dividendos adicionais, superiores aos mínimos obrigatórios, o saldo do lucro líquido no montante de R$ 13.631.824,78, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, por unanimidade, a distribuição, a título de dividendos adicionais originados da rubrica Reserva de Lucros a Realizar, o montante de R$ 3.500.000,00, podendo o pagamento ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade em caixa, não podendo ultrapassar o exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 10/04/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 11844855 em 17/07/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO, NIRE 31300018687 e protocolo 244263639 - 16/07/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

WEMBLEY SOCIEDADE ANÔNIMA
CNPJ/MF Nº 25.329.319/0001-96
NIRE N° 3130003378-3
Companhia Fechada
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
- CONVOCAÇÃO -

Ficam os senhores acionistas da Wembley Sociedade Anônima ("Companhia"), convidados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 2 (dois) de agosto de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede da Companhia, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Aimorés, nº 981 – 12º andar, parte, Bairro Funcionários, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia. Belo Horizonte-MG, 25 de julho de 2024. **Josué Christiano Gomes da Silva** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 137/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de materiais hospitalares (abaixador de língua, lâmina de bisturi, esparadrapos, fita micropore, lancetas, etc) para uso nas Unidades Básicas de Saúde. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br, https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 161/2024. Objeto: Aquisição de veículo para transporte sanitário com acessibilidade. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 162/2024. Objeto: Aquisição de areia fina lavada para uso na XXIV Copa Itaúna de Vôlei, Peteca, Futvôlei e Beach Tennis. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 166/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de medicamentos para castração de cães e gatos. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 173/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar (agulha de corte). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 174/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de anestésico (lidocaína). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 175/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de luvas estéreis. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 180/2024. Objeto: Aquisição de veículo tipo minivan. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 30/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 12/08/2024 às 8h30.

CONSÓRCIO PÚBLICO PARA DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA

DISPENSA ELETRÔNICA **N° 07/2024** - PROCESSO LICITATÓRIO **N° 16/2024**.

O Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP torna público aos interessados a realização da Dispensa de Licitação (Artigo 75, II, c/c §3º), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para aquisição de móveis e itens planejados em marcenaria para atender as necessidades do Codap. O documento de manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados (Comunicado de Dispensa) estará disponível no site do Codap, www.altoparaopeba.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas, https://www.gov.br/pncp/pt-br. A análise das propostas enviadas pelos interessados ocorrerá em: 02/08/2024 às 09 horas. Destacamos que as propostas podem ser encaminhadas conforme previsto Comunicado de Dispensa, até o prazo acima descrito. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA — MINISTÉRIO DA DEFESA



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90030/GAPLS/2024

OBJETO: Serviço de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado do tipo split e de janela e rede de ar comprimido (compressores de ar, linha de ar comprimido e vasos de pressão)
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 26 de julho de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 09 de agosto de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9554.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

Usiminas aponta que CSN deve reduzir participação

SIDERURGIA Companhia mineira declarou que grupo não cumpriu determinação para a venda de ações

MARCO AURÉLIO NEVES

A Usiminas declarou ontem que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não cumpriu decisão da Justiça Federal de Minas Gerais, de reduzir sua participação acionária na Usiminas até o dia 10 de julho, prazo estipulado pelo Judiciário, de acordo com o determinado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nos bastidores, a Usiminas enxerga a manutenção de ações pela CSN como uma ameaça potencial à integridade competitiva do mercado.

Em termo determinado pelo Cade e assinado em 2014, a CSN se comprometeu a reduzir sua participação no capital total da Usiminas de 12,9% para menos de 5%. A determinação é fruto de um pedido da Usiminas, que recorreu ao conselho por ver uma tentativa de sua principal concorrente de ganhar influência sobre uma rival, ao adquirir ações da Usiminas em 2011 até chegar a 17,43%, e torna-se o principal acionista individual.

Em fato relevante, a Usiminas declarou que "houve decurso do prazo estipulado pelo juízo para a alienação das ações, sem que a CSN tenha cumprido tal decisão judicial". Em nota, a CSN disse que "não comenta processos em julgamento, ainda mais quando eles estão com sigilo decretado pela Justiça".

Inicialmente, em 2014, o Cade estipulou um prazo de cinco anos para a venda das ações pela CSN, ou seja, até 2019. Mas, passados dez anos, o acordo ainda não foi cumprido. Mesmo assim, em 2022, três anos após o final do prazo inicial, a maioria dos membros do conselho de defesa econômica alterou o prazo concedido.

Os conselheiros do Cade decidiram que a CSN poderia manter a participação nas ações por tempo indeterminado, desde que isso não fosse usado para o exercício de direitos políticos, como votação em assembleias de acionistas, por exemplo.

Após a mudança do Cade, foi a vez da Justiça Federal definir, em julho de 2023, que a empresa teria mais um ano para vender as ações. Em abril de 2024, a decisão foi confirmada na segunda instância. O Ministério Público Federal (MPF) considerou um absurdo a manutenção da CSN entre os acionistas da Usiminas.

O prazo venceu no último dia 10, mas a Companhia Siderúrgica Nacional ainda não vendeu as ações e continua como maior acionista individual da Usiminas.

> "Houve decurso do prazo estipulado pelo juízo para a alienação das ações, sem que a CSN tenha cumprido tal decisão judicial"

Disputa - Este é mais um capítulo da briga judicial do setor siderúrgico que se estende há uma década. Em 2016, a CSN entrou com uma ação no Poder Judiciário para tentar impedir que a Nippon Steel e a Ternium, acionistas controladores da Usiminas, injetassem recursos para aumentar o capital e reestruturar a siderúrgica mineira, que enfrentava dificuldades.



CSN se comprometeu a reduzir sua participação no capital total da Usiminas de 12,9% para menos de 5% em termo assinado em 2014 FOTO: DANIEL MANSUR / USIMINAS

Neste ano, a própria Ternium foi condenada a indenizar a CSN em R$ 5 bilhões, após ser acusada de realizar uma alienação do grupo de controle da Usiminas em 2011, ao obter 27,7% das ações da siderúrgica, depois de adquirir as participações da Votorantim e Camargo Corrêa. Neste caso a Ternium precisaria ter feito uma oferta aos acionistas minoritários.

A Ternium se defende e afirma que a ação da CSN no Superior Tribunal de Justiça (STJ) não deveria existir, já que a Companhia Siderúrgica Nacional teria que ter vendido suas ações da Usiminas até 2019, após o acordo com o Cade.



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

AGRONEGÓCIO

Minas Gerais terá polos de irrigação sustentável

POLÍTICA ESTADUAL **Percentual do Estado deve subir dos atuais 15% para cerca de 50% de áreas irrigadas; governo sancionou lei que vai estimular uso da tecnologia aliada à reserva de água**

MICHELLE VALVERDE

A Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável, sancionada pelo governo de Minas Gerais na última semana, vai estimular o uso da irrigação sustentável no Estado. O uso da tecnologia, aliada à reserva de água, será fundamental para a adaptação às mudanças climáticas, para promover o aumento vertical da produção agrícola e maior desenvolvimento no campo. Com a política pública, a área irrigada no Estado deve subir dos atuais 15% para cerca de 50%.

Conforme a assessora de sustentabilidade do Sistema Faemg Senar, Ana Paula Mello, a instituição da política estadual de agricultura irrigada sustentável - resultado da aprovação do Projeto de Lei 754/15 - vai trazer diversos benefícios. "Minas Gerais não tinha essa política de agricultura irrigada sustentável, então, é uma política nova que traz uma série de questões positivas. De início, passa a considerar a reservação de água como utilidade pública, mas claro que com uma série de critérios e de salvaguardas. Com isso, abrem-se possibilidades frente à nossa legislação ambiental, que antes dificultava a reservação de água, que é uma das principais ações e políticas de adaptação às mudanças climáticas".

A estimativa é que a área irrigada cresça significativamente com a política pública, passando do percentual atual 15% para cerca de 40% a 50% da área produtiva, conforme dados do governo de Minas Gerais. Com isso, é esperado avanço na produção agrícola através do ganho em eficiência e de forma vertical, ou seja, produzir mais no mesmo espaço. Assim, haverá ganhos ambientais sem a necessidade de abertura de novas áreas.

"Ao intensificar a produção nas áreas irrigadas, reduz-se a pressão por outras áreas até mesmo de vegetação nativa. Uma área de produção sem tecnologia tem o custo mais de três vezes maior que o de uma área tecnológica para produzir o mesmo volume. Então, aumentando a área irrigada de forma sustentável, trazemos a segurança alimentar com a preservação ambiental", esclarece.

> **"É esperado avanço na produção agrícola através do ganho em eficiência e de forma vertical, ou seja, produzir mais no mesmo espaço"**

Planos estaduais - Com a sanção da Política de Agricultura Irrigada Sustentável, o próximo passo será o desenvolvimento dos Planos Estaduais de Agricultura Irrigada para as regiões potenciais identificadas. O Conselho Estadual de Política Agrícola (Cepa), que passa por um processo de reestruturação, terá papel fundamental nesta elaboração.

O plano, que será construído em conjunto, permitirá que o Estado defina de forma estratégica onde serão alocados os barramentos, de forma a ter o maior benefício da reserva de água e usos múltiplos, gerando o menor impacto ambiental. Nele, haverá definição dos polos de irrigação.

Ainda conforme a assessora, um dos instrumentos para definir as regiões estratégicas é o Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP), que é a metodologia mineira de caracterização socioeconômica e ambiental de sub-bacias hidrográficas: "O ZAP coloca o olhar estratégico e amplo ao considerar questões ambientais, econômicas, entre outras para a definição dos locais. Quando os barramentos são feitos de forma estratégica, com as salvaguardas ambientais e sociais, eles trazem muitos benefícios. Na essência dos barramentos, eles aumentam a disponibilidade de água superficial".



Próximo passo será o desenvolvimento dos Planos Estaduais de Agricultura Irrigada, que vão definir os polos de irrigação FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Haverá aumento da segurança hídrica

A nova política é importante por estimular o uso eficiente da água na agricultura, por incentivar as tecnologias de irrigação sustentável e a gestão participativa, já que haverá a elaboração de planos regionais. Além disso, a política traz reconhecimento às obras de infraestrutura de irrigação como utilidade pública e benefícios para todos os portes de produtores rurais.

Conforme a assessora de sustentabilidade do Sistema Faemg Senar, Ana Paula Mello, as regiões semiáridas do Estado serão beneficiadas. "Quando há uma seca severa, os produtores perdem toda a produção e ficam dependendo de auxílio para se reorganizar. Mas, quando se tem uma política que leva à possibilidade de expandir as áreas irrigáveis, que aumenta a segurança hídrica da região, ela eleva a segurança dos produtores em produzir, gerando renda, empregos, desenvolvimento e maior segurança alimentar", finaliza. **(MV)**

MERCADO EXTERNO

Estado exporta 1º lote de café com novas regras da UE

Minas Gerais está exportando o primeiro lote de café com certidão de conformidade para a União Europeia (UE). O embarque do *container*, contendo 320 sacas de dez cafeicultores de municípios do Sul de Minas, saiu do porto de Santos no último sábado (27) com previsão de chegada em Dublin, na Irlanda, no dia 21 de agosto.

A venda pioneira é fruto de uma parceria entre o governo de Minas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Cooperativa dos Cafeicultores de Três Pontas (Cocatrel). A operação é embasada pela tecnologia da plataforma SeloVerde MG, que verifica o cumprimento da legislação nacional nas propriedades de café, emitindo uma certidão pública de "Nada Consta", vinculada ao número do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do produtor, demonstrando que o produto não está associado ao desmatamento, atendendo ao regulamento da União Europeia.

O secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), Thales Fernandes, enfatiza a relevância da iniciativa: "Minas Gerais sai na frente ao demonstrar que nossa produção é capaz de atender às novas exigências da União Europeia e a nossa legislação ambiental, preservando nossos mercados e promovendo a sustentabilidade".

Ação do Estado - A plataforma SeloVerde MG foi desenvolvida em conjunto pela Seapa, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a UFMG, com apoio do programa AL-Invest Verde da União Europeia. A ferramenta é capaz de gerar um diagnóstico socioambiental por análise automática de todos os imóveis rurais mineiros.

Desde a publicação das novas regras para a importação do bloco, o governo de Minas atuou para a consolidação da plataforma de conformidade como ferramenta que comprova a sustentabilidade das principais cadeias produtivas mineiras. Em março deste ano, representantes da direção geral de Parcerias Internacionais da Comissão Europeia e do Programa Al-Invest Verde da União Europeia estiveram reunidos na Cidade Administrativa, conhecendo os resultados da ferramenta. A comitiva também visitou propriedades do Sul de Minas, conhecendo a produção de café sustentável no Estado.

"Desde a aprovação do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês), estamos apoiando os países latino-americanos na implementação de ferramentas de rastreabilidade públicas que permitam reunir as informações de produção requeridas para o comércio dos produtos incluídos no regulamento", informa Andrea Monaco, Senior Programme Manager do AL-Invest Verde.

Produção sustentável - Por meio das análises geoespaciais e integração de diversos bancos de dados presente na plataforma, incluindo o mapeamento em alta resolução do parque cafeeiro de Minas Gerais produzido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG), é possível constatar que 99% das cerca de 120 mil propriedades produtoras de café atendem à nova legislação do bloco.

Além do café, a plataforma abrange outras quatro *commodities* exportadas pelo agro mineiro: soja, gado, cana e produtos da silvicultura. Tendo em vista que a regulação europeia considera o desmatamento praticado após 31 de dezembro de 2020, os percentuais de propriedades que poderiam ser categorizadas como livres de desmatamento alcançam 95% para soja e gado bovino; 96% para cana de açúcar, e 93% para florestas plantadas.

"Os resultados do diagnóstico automático são apresentados individualmente para cada imóvel rural e podem ser confrontados com imagens de alta resolução disponíveis livremente na plataforma", explica o pesquisador do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG, Felipe Nunes.

Outras cadeias - O EUDR está previsto para entrar em vigor a partir de janeiro de 2025 nos 27 países-membros do bloco para sete *commodities* de risco florestal: bovinos; cacau; café; óleo de palma; soja; borracha e madeira e certos produtos derivados deles. **(Agência Minas)**



Embarque de 320 sacas de café de 10 cafeicultores do Sul de Minas foi feita para Dublin, na Irlanda FOTO: DIEGO VARGAS/SEAPA E DIVULGAÇÃO / COCATREL

NEGÓCIOS

Minas tem potencial para parcerias com Singapura

PAINEL FDC Ministro do país asiático destacou oportunidades nas áreas de mineração e alimentos

MICHELLE VALVERDE

Em visita à Fundação Dom Cabral (FDC), na última semana, o ministro de Singapura, Mohamad Maliki bin Osman, palestrou sobre inovação e tecnologia como motores de uma nação inteligente. Ele também falou sobre as estratégias para se tornar um polo de negócios e investimentos e sobre as principais oportunidades para o Brasil. O assunto foi abordado durante um painel realizado pela instituição de ensino, que contou também com a presença do vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões.

O objetivo do painel foi discutir temas como educação, relação bilateral com Singapura, inovação e a atração de talentos.

Conforme dados da FDC, o ministro do gabinete do primeiro-ministro, segundo ministro da educação e segundo ministro das relações exteriores de Singapura, Mohamad Maliki Osman, explicou a jornada de desenvolvimento de Singapura desde a independência até como a cidade-estado se tornou a principal força econômica do sudeste asiático. Isso aconteceu, segundo Maliki, pelos investimentos nos pilares da educação, industrialização e exportação devido à privilegiada localização.

Singapura, conforme divulgou a FDC, ocupa atualmente o primeiro lugar no *ranking* global de competitividade do International Institute for Management Development (IMD). O país, localizado no sudeste asiático, é reconhecido pela localização geográfica diferenciada - o que facilita questões logísticas -, além de dados econômicos e de segurança. O país conta com políticas de ensino padrão de alta qualidade e possui um forte polo de tecnologia e inovação.

Oportunidade de parcerias - Durante a visita a Minas Gerais, o ministro de Singapura Maliki ressaltou os potenciais de parcerias, pontuando a mineração e a produção de alimentos do Estado. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a estabelecer relações diplomáticas com Singapura, logo após sua independência em 1965.

"Há muitas oportunidades entre Minas Gerais e Singapura, temos empresas de Minas Gerais em nosso país, parcerias com universidades brasileiras e um programa com *startups* também com a presença de brasileiros. Temos muito o que aprender um com o outro. Em um mundo fragmentado temos que estar abertos a conhecer mercados mundiais", disse.

Durante o painel, o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, destacou as potencialidades de Minas Gerais. Entre os destaques estão o agronegócio, o Vale do Lítio e o sucesso do programa de formação profissional Trilhas de Futuro. Na ocasião, também foram abordadas oportunidades para investimentos e parcerias entre Minas Gerais e Singapura, em diversos segmentos.

"Nós acreditamos que temos muito o que aprender com Singapura sobre desenvolvimento da educação, temos interesses comerciais, mas como representante do setor público a educação é um fator fundamental para a nossa população", disse Simões.

Educação é prioridade - O presidente executivo da Fundação Dom Cabral (FDC), Antonio Batista da Silva Junior, ressaltou a importância da educação como prioridade. Além disso, destacou o papel fundamental da FDC de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, principalmente, através da formação de líderes colaborativos.



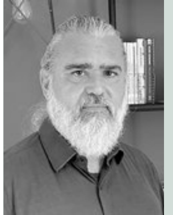
Vice-governador de MG, presidente da FDC e ministro de Singapura estiveram na FDC para discutir vários temas FOTO: IMPRENSA MG/ GIL LEONARDI

"Somos uma escola de negócios com a missão de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e a forma que escolhemos para realizá-la é desenvolvendo líderes colaborativos e organizações prósperas. A educação é o nosso dever, nossa crença de que os negócios podem ser produtivos, competitivos e uma força para o bem. Desenvolvemos e oferecemos educação de qualidade para transformar mais de 30 mil pessoas por ano. A FDC e Singapura têm muito em comum, uma vez que a educação ocupa um lugar nobre no país e está no centro da estratégia competitiva de Singapura", ressaltou.

Com o objetivo de aprofundar as relações com Singapura, a FDC prepara o Programa Study Trip que deve acontecer em Singapura em novembro deste ano para executivos, alunos e ex-alunos da FDC.

PROJETO PRESERVA

ODILON AMARAL



Diretor do Projeto Preserva. Jornalista, bacharel em Relações Econômicas Internacionais e pós-graduado em Comunicação e Gestão Empresarial.

Planos de ação e de adaptação climática se completam – e são urgentes

"Ação e adaptação são conceitos diferentes, mas não podemos abrir mão deles"

Nos últimos dias assistimos aos incêndios que consomem o Pantanal e o Cerrado, enquanto o Rio Grande do Sul ainda lida com os efeitos das enchentes de maio. O que já está claro para todos que acompanham ou são vítimas dos eventos extremos é que as ocorrências são agravadas por um fato que não há mais como negar: estamos em emergência climática.

Nesse caso, nos resta agir tanto para reduzir o aquecimento global quanto para preparar as cidades para o que vem por aí. É por isso que termos como "planos de ação" e "planos de adaptação" entraram em cena e precisam urgentemente se alinhar a diretrizes estaduais e nacionais, para que sejam colocados em prática.Ação e adaptação são conceitos diferentes, mas não podemos abrir mão deles.

Um Plano de Ação Climática tem como foco a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), que estão provocando a acelerada mudança climática atualmente. Os caminhos passam pela diminuição da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento, e por políticas de transição para fontes renováveis de energia. Além, claro, da restauração ambiental. Um Plano de Ação Climática é voltado ao futuro.

Já o Plano de Adaptação Climática é centrado em minimizar os impactos das mudanças climáticas com foco no presente, mas de olho nos desafios futuros. Ele mira na resiliência frente aos efeitos das mudanças climáticas, como as secas mais intensas e prolongadas, as enchentes ou o aumento no nível do mar, por exemplo. A adaptação prevê a construção de infraestruturas resilientes, a implantação de sistemas de alerta, a correta gestão e proteção dos recursos hídricos e o cuidado com as áreas costeiras. Segundo o Greenpeace, um Plano de Adaptação Climática "consiste em fornecer normativas e diretrizes para promover o ajustamento da sociedade e dos ecossistemas frente aos efeitos adversos da crise do clima".

Os dois planos não são concorrentes. Eles se completam - Há um mês, o governo federal sancionou a lei que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas. A norma busca "implementar medidas para reduzir a vulnerabilidade e a exposição a riscos dos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura diante dos efeitos adversos atuais e esperados da mudança do clima", segundo seu artigo primeiro. Agora, os planos precisam estar alinhados em nível nacional, estadual e municipal.

Portanto, os que já estão prontos, como o de Minas, precisam se adaptar. E os demais estados e municípios, que ainda não têm o seu plano local, devem criar um que seja adequado às dez diretrizes da lei.

Entre elas estão a priorização de medidas para enfrentar os desastres naturais recorrentes, a adoção de soluções baseadas na natureza e o monitoramento, a revisão e a avaliação das ações previstas, além da adoção de processos de governança inclusivos para a revisão dos planos a cada quatro anos. É hora de trabalhar.. %

Crédito do BDMG muda a vida de empreendedores

% FOMENTO Banco liberou R$ 1,44 bilhão no primeiro semestre, volume 32% superior ao mesmo intervalo de 2023, sendo o maior valor da história para o período

Os balcões, a rede elétrica e até o piso da drogaria de Nivaldo Santos, em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram reformados em janeiro deste ano. O empreendedor não imaginava que as melhorias iam alavancar em 25% as suas vendas. As mudanças na loja foram viabilizadas com o financiamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que no primeiro semestre deste ano liberou R$ 1,44 bilhão em créditos, volume 32% superior ao mesmo período do ano passado e o maior valor da história do banco para o período.

Além do apoio aos empreendedores mineiros de todos os portes e para prefeituras, os financiamentos realizados pelo BDMG estimularam empregos e movimentaram a economia mineira. Somente de janeiro a junho deste ano, foram incentivados cerca de 34 mil empregos no Estado, além de cerca de R$ 2,5 bilhões em faturamento na economia mineira e R$ 52 milhões em ICMS, conforme a matriz insumo-produto do banco.

No primeiro semestre de 2024, somente para micro e pequenos empreendedores, foram R$ 219,4 milhões em financiamentos realizados pelo BDMG, crescimento de 15% em relação ao mesmo período de 2023. "Todos os financiamentos realizados estão alinhados à política de desenvolvimento econômico do Estado. Na prática, o crédito que disponibilizamos fomenta políticas públicas, gera emprego, renda e oportunidades para transformar vidas em todas as regiões do Estado", destaca o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto.



Com o valor liberado pelo banco, Denise Vilela renovou e ampliou o estoque de mercadorias, além de colocar as contas em dia FOTO: DIVULGAÇÃO / BDMG

> **"Meu filho diz que sou a única pessoa a ficar feliz por fazer um empréstimo, mas, para mim, foi um presente que permitiu recomeçar"**
>
> Denise Vilela

Ele lembra ainda que o número de clientes atendidos cresceu 18%. O que também aumentou foi o número de municípios até onde o crédito chegou. "Apenas nestes primeiros seis meses os financiamentos realizados pelo BDMG chegaram a mais da metade das cidades mineiras, o que demonstra que a atuação do banco está indo cada vez mais longe", observa.

Recomeço garantido - Com quase 30 anos atuando no mercado de moda em Patos de Minas, no Alto Paranaíba, Denise Vilela esteve perto de fechar as portas neste ano. "Tive um desfalque que me deixou sem capital de giro. Meu filho sugeriu pedir emprestado aos parentes, mas eu não queria", conta a empresária. Foi aí que ela recebeu a indicação do BDMG e, em junho deste ano, conseguiu o recurso para reerguer a empresa e colocar as contas em dia. "O crédito salvou minha vida quando mais precisei", lembra a proprietária da Vilela Modas, que emprega dois funcionários.

Com o crédito liberado pelo banco, Denise Vilela renovou e ampliou o estoque de mercadorias, além de colocar as contas em dia. "A carência de 12 meses é ótima. Meu filho diz que sou a única pessoa a ficar feliz por fazer um empréstimo, mas, para mim, foi um presente que permitiu recomeçar", frisa. %

Pequenos negócios geram maior parte dos empregos

Os números mostram a importância dos pequenos empreendedores para o crescimento da economia mineira. Nos primeiros cinco meses de 2024, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 65% do saldo total de 85 mil novas vagas formais de trabalho no Estado.

O desempenho coloca Minas Gerais como o segundo Estado do País com maior saldo de empregos gerados por micro e pequenas empresas no período, de acordo com levantamento do Sebrae Minas, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio, ressalta a importância do crédito facilitado. "Garantir este acesso é fundamental para impulsionar o crescimento dos negócios em Minas Gerais, permitindo que empreendedores ampliem suas operações, inovem e gerem empregos", diz.

Negócios em alta - No primeiro semestre de 2024, todos os segmentos de negócios atendido pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) alcançaram desempenho superior ao de 2023. Além do crescimento em micro e pequenas empresas, os médios e grandes negócios também buscaram mais o BDMG neste período, com aumento de 30%.

Para prefeituras, os financiamentos subiram 76% entre janeiro e junho, chegando a R$ 206,4 milhões, o melhor volume dos últimos dez anos para o período. O crédito chegou a mais de 200 cidades. %

% UNIARNALDO

Faculdade passa a ser centro universitário

Com 23 anos de existência, a Faculdade Arnaldo Janssen, sediada em Belo Horizonte, acaba de ser reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como centro universitário e passa a se chamar UniArnaldo. Com o credenciamento, passa a fazer parte do universo de Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada consideradas centros universitários no Brasil, onde, somadas, existem atualmente 382 instituições.

Mudança teve o aval do Ministério da Educação FOTO: DIVULGAÇÃO/UNIARNALDO

Atualmente, a instituição de ensino possui três campi e cursos presenciais e de EAD sendo 22 de graduação, além de cursos de pós-graduação, extensão e cursos livres, somando 3 mil alunos matriculados.

Para o reitor, professor João Guilherme Porto, a conquista é resultado dos esforços dos gestores, corpo docente e administrativo que ano a ano dedicam-se a fazer da instituição um centro de excelência no ensino e na formação dos profissionais que o mundo contemporâneo necessita. "Sermos reconhecidos como centro universitário é uma vitória de todos nós que acreditamos e trabalhamos em prol de uma educação que forma profissionais não apenas com o conteúdo teórico-acadêmico, mas também com a vivência para sua aplicação no dia a dia," observa.

O centro universitário faz parte da congregação internacional Verbo Divino, que atua em 67 países dos cinco continentes e que, na capital mineira, é fundadora do Colégio Arnaldo, escola centenária de ensino infantil, fundamental e médio.

Por ela, passaram alunos que deixaram sua marca na política, como Gustavo Capanema, Milton Campos, Célio de Castro e Patrus Ananias; na medicina, com Ivo Pitanguy e Hilton Rocha; na literatura, com a presença de Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade; e na música, onde se destacam Fernando Brant e Toninho Horta, entre outros.

Há 5 anos, em 2019, a IES deu o primeiro salto em direção ao reconhecimento como centro universitário quando investiu fortemente em sua expansão ao adquirir a Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (Fead). "Na época, ampliamos em 150% o número de alunos matriculados, passando de 400 para 2000 estudantes; e dobramos a oferta de cursos", conta o reitor, lembrando que a disputa envolveu grupos educacionais de porte nacional.

"Assumimos dois de seus campi e mantivemos todos os cursos oferecidos, respeitando os preços divulgados para os alunos e as ementas, o que garantiu que os alunos se formassem dentro da expectativa que tinham quando ingressaram na Fead", diz.

O Arnaldo decidiu manter todos oscursos oferecidos naquela época pela Fead, respeitando os preços divulgados para os alunos e as ementas, o que garantiu que os estudantes se formassem dentro da expectativa que tinham quando ingressaram na faculdade.

De acordo com informações da instituição de ensino, desde então, o crescimentose mantém constante e os investimentos no período somam cerca de R$ 15 milhões, sendo R$ 7 milhões aportados na aquisição da Fead. %

Mercado pet diversifica serviços e conquista clientes

ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO **Para a especialista do Sebrae Minas, setor está se reposicionando e as empresas estão se adaptando às novas demandas**

DIONE AS

Transformar o visual de cães e gatos tornou-se uma atividade cada vez mais sofisticada no mercado *pet*. Em Minas Gerais, salões especializados em embelezamento e higiene de animais domésticos oferecem serviços de cortes estilizados, hidratação dos pelos, cauterização, unhas decoradas e até tatuagens caninas, proporcionando uma experiência diferenciada para os bichinhos e seus tutores.

Reiterando o crescimento desse universo pet no mercado, o número de salões especializados disparou 146% na última década no Estado, segundo dados coletados pelo Sebrae Minas. Enquanto em 2014 eram 437 estabelecimentos, hoje, já são 1.075, resultando em 638 empresas ativas.

Nacionalmente, o cenário é igualmente promissor. Entre 2014 e 2023, a abertura de salões para pets no Brasil cresceu 148%, passando de 4.372 novos empreendimentos em 2014 para 10.587 em 2023.

Em outra apuração do Sebrae Minas, entre os meses de janeiro e maio deste ano, foram registradas 526 novas aberturas de estabelecimentos e 318 fechamentos no mesmo período no Estado.

"Quando observamos os números de fechamento dessas empresas, como os registrados entre janeiro e maio deste ano, parece que mais estabelecimentos estão fechando do que abrindo. No entanto, não é bem assim", diz a gerente da unidade de indústria, comércio e serviço do Sebrae Minas, Márcia Valéria Cota Machado.

Segundo ela, o mercado de salões para pets continua crescendo, embora esteja passando por um processo de estagnação. "Atualmente, ao abrir uma loja de produtos para *pets*, é comum que esses estabelecimentos ofereçam uma gama de serviços, incluindo alimentação, tosa, banho e, em alguns casos, até serviços veterinários. Como resultado, salões especializados podem acabar fechando devido à concorrência que oferece um portfólio mais amplo de produtos e serviços", explica Márcia Machado.



Salões especializados cresceram 146% na última década no Estado, conforme dados do Sebrae Minas FOTO: DIVULGAÇÃO / MEU PET SALON

Diversificação de produtos - Para a especialista do Sebrae Minas, o mercado está se reposicionando, e as empresas estão se adaptando às novas demandas. "O mercado *pet* é mais conveniente para os estabelecimentos que diversificam os produtos, como um mini varejo e tudo em um único local. Para o cliente isso é bom, ao contrário de situações em ele precisa levar seu *pet* ao veterinário, em seguida, para banho e tosa, e ainda ter que passar em outro local para comprar alimentação. Há também opções no mercado como o *spa* para pets e hotéis, que acabam se misturando com o conceito de *pet care*", observa.

Segundo ela, o mercado *pet* é um setor dinâmico e está em constante transformação, refletindo a crescente demanda e a adaptação dos modelos de negócios às necessidades e estilo de vida dos consumidores.

Microempreendedores dominam o mercado - Dentro do cenário de aberturas de salões para animais domésticos no Estado, entre janeiro e maio deste ano, apenas três são empresas de pequeno porte (EPP), enquanto 47 registros constam como microempresas (MEIs) no site da Receita Federal. Contudo, grande parte desse mercado é formado por microempreendedores individuais (MEIs), totalizando 475 negócios abertos.

"Esse mercado requer uma certa sofisticação e conhecimento, mas como ele tem baixa barreira de entrada, acaba favorecendo que um maior número de empresas entre no setor. Por isso, temos um maior número de MEIs no varejo *pet*, tanto no Brasil quanto em Minas", observa Márcia Machado.

A especialista do Sebrae Minas avalia que essa menor barreira que existe contribui com a entrada crescente de empreendedores, inclusive, na informalidade. "O que temos são pessoas que estão na prestação de comércio e serviço como o 'hotelzinho', o serviço de banho e tosa, a oferta de passeios. Já o segmento de *pet vet* já é um mercado com maior barreira de entrada, pois requer um profissional veterinário. Então, as pessoas que saem da faculdade de medicina veterinária querem abrir o próprio negócio, se tornando um micro empreendedor ou pequena empresa. Ou mesmo aqueles que já foram MEIs em alguma fase da vida e, agora, desejam remodelar o negócio", aponta.

"Atualmente, ao abrir uma loja de produtos para pets, é comum que esses estabelecimentos ofereçam uma gama de serviços"
Márcia Machado

Gosto por animais virou negócio na região Centro-Sul de Belo Horizonte

Desde criança, a empreendedora Agatha Kerolaine Nascimento Dias sempre gostou de animais, principalmente, cachorros. Ela ganhou o seu primeiro cãozinho quando tinha sete anos e deu a ele o nome de Petruchio, em homenagem ao personagem interpretado por Eduardo Moscovis na novela "O Cravo e a Rosa", da TV Globo.

"Ao longo da vida, sempre tive animais e, por ter sido uma criança muito tímida, sempre fiz deles meus amigos. Quando completei 18 anos, queria trabalhar com algo que me permitisse estar mais próxima dos animais", diz.

Foi quando estreou na área como *freelancer* em um "banho e tosa". "Depois disso, fiz um curso disso e consegui o meu primeiro emprego em uma *pet shop*. Com o passar do tempo, decidi abrir um pequeno 'banho e tosa' na minha casa no Alto Vera Cruz, região Leste de BH. Foi tudo montado com pouco dinheiro, mas com muita coragem", lembra a jovem.

Atualmente, Agatha Dias tem o Meu Pet Salon, fundado em 2022 no bairro São Pedro, na região Centro-Sul da capital mineira, a poucos minutos do Shopping Pátio Savassi. "O espaço possui os serviços de estética animal, consultório veterinário, creche e *day care* para cães, hotelzinho e *pet* butique", elenca.

Segundo ela, os investimentos na área foram importantes para que o negócio se tornasse referência no mercado em Belo Horizonte. "Considero um salto muito grande na minha vida profissional e pessoal. São muitos novos desafios que enfrento diariamente, mas no fim tudo vale a pena pois trabalho com o que sempre sonhei: animais", diz.

***Pet Sitter* é outra possibilidade -** Quem também viu no mercado pet um futuro promissor foi a *pet sitter* Miriene Fernanda Lorenzi. Desde 2014, ela tem investido na oportunidade de cuidar de animais domésticos, como cães e papagaios. Contudo, optou por se especializar somente no atendimento domiciliar como babá de gatos.

"Sempre fui apaixonada por animais e fazia trabalho voluntário em alguns abrigos. Via que muitas pessoas não tinham com quem deixar seus animais quando viajavam, era uma necessidade do mercado, então percebi que seria um bom ramo de trabalho. Me especializei no cuidado dos gatos, que são os que mais se beneficiam do meu trabalho", diz.

A maioria dos clientes da Miriene Fernanda Lorenzi é de longa data. Contudo, novos clientes costumam surgir por meio da indicação de fregueses ou pelas redes sociais. **(DA)**

Minas Gerais ocupa terceira posição no País

Ao todo, Minas Gerais conta com cerca de 24.522 lojas físicas, entre spa, salões, estúdios, pet shops, hotéis, restaurantes, cafeterias e clínicas veterinárias, sendo 12,6 mil microempreendedores individuais (MEIs), 11 mil microempresas e 824 empresas de pequeno porte.

Representando o terceiro maior mercado pet no País, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, esses estabelecimentos mineiros foram responsáveis por movimentar, pela primeira vez, um pouco mais de R$ 1 trilhão em 2023, se tornando um segmento em ascensão para o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro. Os dados são Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG).

Um dos fatores que têm fomentado esse cenário é o advento do e-commerce de pet shops. De acordo com a Fecomércio-MG, as vendas on-line já são realidade em 35% dos estabelecimentos em Minas Gerais, e 6,3% manifestaram a intenção de implementar esse sistema.

Dados a indústria brasileira de produtos para animais de estimação mostram que houve um faturamento 11,65% maior em 2023 na comparação com o ano anterior. A projeção atual tem como base o terceiro trimestre de 2023.

'Pet Vet' pode manter liderança - Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet), o setor de produtos veterinários (pet vet) pode registrar um cenário ainda promissor neste ano, tendo em vista que esse nicho registrou um crescimento de 16% em faturamento ao longo de 2023.

Em seguida, o segmento de cuidados para pets, denominado pet care apresentou um aumento de 15%. Já o mercado de alimentos para animais de estimação, o pet food, cresceu 10,6%.


Vendas *on-line* vêm crescendo no segmento FOTO: ADOBE STOCKJPG

"Os tutores estão cada vez mais investindo em saúde, higiene e bem-estar para seus animais de estimação", diz o presidente-executivo da Abinpet, José Edson Galvão de França. **(DA)**



CONJUNTURA

Conferência discute inovação e reindustrialização

CNCTI Evento em Brasília abordará entraves e oportunidades para a indústria nacional

Brasília – Começa hoje, em Brasília, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que tem como meta elaborar uma nova estratégia nacional para todas as áreas de conhecimento.

Um dos eixos da CNCTI é a reindustrialização e apoio à inovação nas empresas. Desde o início dos anos 1980, diminuiu o peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB). Entre 2010 e 2021, a parcela de participação do setor caiu de 13,75% para 11,33% das riquezas do País.

"O presidente Lula nos deu a incumbência de estudar o cenário de ciência, tecnologia e inovação para fazer uma proposta de estratégia e contribuir para um plano de ação", explica o físico Sérgio Rezende, ex-ministro da Pasta (2005-2010) e secretário-geral da conferência.

"É preciso um conjunto de medidas, e o que a gente espera é que gradualmente empresários, principalmente os mais novos, vejam os resultados, acreditem e tomem atitudes para o Brasil recuperar o seu sistema industrial, que já teve uma participação no PIB duas vezes maior do que é atualmente", defende.

Na avaliação de Rezende, a desindustrialização brasileira foi acelerada com a ascensão manufatureira chinesa. "Com a grande produção industrial da China e com a produção de produtos mais baratos", observa.

O fenômeno atinge o Brasil e outros países. Aqui e em outros lugares, as empresas substituíram componentes que fabricavam por peças importadas. Com a evolução desse processo, algumas empresas são cada vez menos industriais e passam a ser cada vez mais importadoras e redistribuidoras de produtos para a rede de clientes que formaram.

Mas para Rezende, há outro fenômeno. "Um segundo problema que nos persegue há muito tempo é a taxa de juros muito alta, que tem dois efeitos. Empresas raramente pegam empréstimos de bancos privados, nem para construção. Agora, muitos empresários preferem não fazer nada disso. Eles optam por investir no mercado financeiro", opina.



A elevada taxa de juros do Brasil impõe dificuldades ao crescimento dos diferentes setores produtivos FOTO: GILSON ABREU / FIESP

Juros altos - Rezende está convencido da necessidade de diminuir a taxa de juros para haver mais inovação e crescimento. "Tanto para as empresas pegarem empréstimo para a expansão, quanto para os empresários investirem mais nas suas empresas", observa.

Atualmente, o Brasil tem a segunda maior taxa de juros real do mundo. Está apenas abaixo da Rússia - em guerra com a Ucrânia desde fevereiro de 2022 - e acima de outros países com grau de desenvolvimento próximo como o México, África do Sul e Colômbia.

As propostas sobre reindustrialização e neoindustrialização a serem discutidas na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação começaram a ser debatidas em 13 seminários preparativos organizados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) entre dezembro do ano passado e março deste ano.

Essas reuniões se somam a mais de 200 encontros e conferências locais e setoriais realizados como prévias preparatórias da CNCTI finalizadas até maio. Além do tema da reindustrialização e apoio à inovação nas empresas, a conferência terá como eixos "recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação"; "Ciência, Tecnologia e Inovação para programas e projetos estratégicos nacionais"; e "Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social."

Desde meados da década de 1990, a produção científica do Brasil tem avançado ano a ano. Mas, entre 2021 e 2022, o País reduziu o número de estudos publicados – de 80.499 artigos publicados para 74.570 textos científicos, queda de 7,4%.

O País também sofre com a fuga de cérebros que vão trabalhar como pesquisadores no exterior e com o reduzido número de doutores formados - cinco vezes menos doutores do que a média da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **(ABr)**

> **"É preciso um conjunto de medidas, e o que a gente espera é que gradualmente empresários, principalmente os mais novos, vejam os resultados, acreditem e tomem atitudes para o Brasil recuperar o seu sistema industrial"**
> Sérgio Rezende

CONSTRUÇÃO

Confiança alcança maior nível desde fevereiro, diz FGV

O Índice de Confiança da Construção (ICST) do FGV Ibre subiu 0,9 ponto em julho, para 97,3 pontos, maior nível desde fevereiro deste ano (97,6 pontos). Na média móvel trimestral, o índice avançou 0,7 ponto.

Segundo a coordenadora de Projetos da Construção do FGV Ibre, Ana Maria Castelo, a interrupção da queda da taxa Selic não afetou a confiança setorial e o segundo semestre inicia com a recuperação das expectativas empresariais em relação aos negócios e à demanda nos três segmentos setoriais – edificações, infraestrutura e serviços especializados.

"Vale notar que embora a avaliação referente à situação corrente tenha ficado estacionada em um patamar de pessimismo moderado, o indicador de evolução recente segue registrando o melhor resultado desde novembro de 2022. Assim, a sondagem sinaliza que o setor se mantém aquecido e as empresas estão confiantes na continuidade do ciclo de crescimento pelos próximos meses," observa.

A alta do ICST em julho foi influenciada exclusivamente pela melhora das perspectivas nos próximos meses, enquanto a avaliação sobre o momento corrente ficou estável. O Índice de Situação Atual (ISA-CST) manteve estável, ficando em 95,5 pontos. Já o Índice de Expectativas (IECST) subiu 1,8 ponto e atingiu 99,3 pontos.

Os componentes do ISA-CST variaram em direções contrárias: o indicador de situação atual dos negócios avançou 1,0 ponto, para 95,2 pontos, enquanto o indicador de volume de carteira de contrato recuou 1,1 ponto e foi para 95,7 pontos.

No âmbito dos componentes do IE-CST, os dois indicadores subiram, sendo que o indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses cresceu 3,1 pontos, para 97,8 pontos, e, em menor proporção, o indicador de demanda prevista nos próximos três meses aumentou 0,5 ponto, para 100,8 pontos.

E o Nível de Utilização da Capacidade (Nuci) da construção cedeu 0,6 ponto percentual (p.p.), para 79,5%. O Nucis de mão de obra e de máquinas e equipamentos retraíram 0,7 e 0,3 p.p, para 80,8% e 74,1%.

Custos setoriais - A contrapartida ao cenário de alta da atividade é o aumento dos custos setoriais, especialmente da mão de obra. Há três anos, o aumento dos preços das matérias-primas era a principal dificuldade dos negócios no setor.

"Atualmente essa ainda é uma questão que figura entre as principais assinalações, mas perdeu protagonismo para a mão de obra, que sobe em decorrência da escassez que vem sendo relatada pelas empresas", afirma Ana Castelo.

A contrapartida ao cenário de alta da atividade é o aumento dos custos setoriais, especialmente da mão de obra FOTO: DIVULGAÇÃO / NESTOR MULLER





Vendas de sentenças na Bahia estão na mira do STJ, CNJ e PF

OPERAÇÃO FAROESTE **Duas desembargadoras do Tribunal de Justiça se tornaram rés nos últimos meses**

Brasília - Quase cinco anos após a primeira fase da Faroeste, a maior operação contra venda de decisões judiciais do Brasil, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) continua na mira do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Polícia Federal (PF).

Nos últimos meses, duas desembargadores baianas se tornaram rés (uma delas pela segunda vez) no âmbito da operação, juízes do sul do estado foram afastados sob suspeita de irregularidades em questão fundiária e um magistrado da região oeste disse sofrer ameaças por julgar casos relacionados a grilagem.

No início deste mês, a Corregedoria Nacional de Justiça decidiu fazer uma investigação diante de nova suspeita de irregularidades no tribunal, com convocação de testemunhas e análise de equipamentos eletrônicos.

Ao mesmo tempo, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, determinou uma apuração profunda sobre o tribunal, em decorrência de "gravíssimos achados".

Entre eles, estão problemas na vara de Salvador encarregada de analisar casos de lavagem de dinheiro e organização criminosa. Há relatos de atrasos dos juízes em audiências, ineficiência e servidores da vara com temor de represálias de magistrados.

O TJ-BA foi procurado, por meio da assessoria, para comentar a inspeção do CNJ. O órgão disse que só se manifestará após o encerramento dos trabalhos.

Reservadamente, interlocutores da corte baiana suspeitam da possibilidade de as investigações revelarem o uso das estruturas institucionais para intimidação, inclusive por meio de coleta de dados clandestina.

Um dos órgãos analisados pelo CNJ, o Gabinete de Segurança Institucional, foi um dos principais alvos de investigações relacionadas à Operação Faroeste.

Para autoridades que acompanham o caso, é necessário "tentar moralizar" a Justiça da Bahia e elaborar um plano de gestão para a correção dos problemas.

Operador - No mesmo dia em que a investigação do CNJ foi aberta, a Polícia Federal deflagrou nova fase de um desdobramento da Faroeste e mirou o advogado Rui Barata Filho, filho de uma desembargadora afastada e apontado por delatores como um dos operadores de vendas de sentenças.

Procurada, a defesa de Barata diz que "recebeu com estranheza" a busca e apreensão. O advogado Marcelo Leal afirma que, em todas as oportunidades em que foi chamada, a defesa se colocou à disposição e prestou os esclarecimentos devidos e que não teve acesso aos fundamentos da decisão.

"A Operação Faroeste teve início há mais de quatro anos, nada justificando uma medida como essa no presente momento processual. Por outro lado, os fatos que se busca apurar já foram esclarecidos e não constituem crime. Prova disso é que nada foi encontrado nos endereços de Rui Barata que pudesse servir de prova ao inquérito", ressalta.

Em abril, a Corte Especial do STJ recebeu, em votação unânime, uma denúncia do Ministério Público Federal e tornou rés a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago e outras pessoas. Ela é acusada de corrupção e lavagem de dinheiro.

Maria do Socorro é ex-presidente do tribunal e foi acusada de favorecer em suas decisões o empresário Adailton Maturino, conhecido como "falso cônsul" da Guiné-Bissau, em uma disputa de terras. A magistrada já tinha se tornado ré em outra ação da operação, em 2020.

Um mês depois, em maio deste ano, a desembargadora Maria da Graça Osório Pimentel Leal também se tornou ré. A Procuradoria acusa a magistrada de ter recebido propina, por meio da sobrinha, para decidir a favor de Maturino.

Procurado, o advogado de Maria do Socorro, Bruno Espiñeira Lemos, diz que há um "verdadeiro *overcharging*" (acusação excessiva) contra a sua cliente.

"Os assuntos são circulares, ou seja, nada novo. Não tem uma prova concreta contra a minha cliente, só uma narrativa construída lá atrás e que vem sendo cuidadosamente desconstruída nos autos", afirma Espiñeira.

O advogado de Maria da Graça e da sobrinha, Gamil Föppel, diz que a acusação contra elas é "uma coleção invulgar de sofismas, que não se sustentarão na instrução processual".

A defesa diz confiar que, durante a tramitação processual, com respeito ao contraditório e igualdade de condições entre acusação e defesa, "serão infirmadas as premissas acusatórias e, ao final, será proferida decisão de absolvição, reconhecendo-se a inocência" das duas.

As duas desembargadoras estão afastadas de suas atividades.

Nos dois processos, Maturino também foi acusado e se tornou réu. Sua defesa sempre negou que ele tivesse cometido irregularidades. **(José Marques/Folhapress)**

> **"A Operação Faroeste teve início há mais de quatro anos, nada justificando uma medida como essa no presente momento processual"**
>
> Marcelo Leal

Um dos principais alvos da inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça no TJ-BA foi o Gabinete de Segurança Institucional FOTO: LUIZ SILVEIRA / AGÊNCIA CNJ



Brasília - Em junho, três juízes de Porto Seguro, no sul da Bahia, foram afastados sob suspeita de estarem relacionados a um caso de grilagem de terras.

No mesmo mês, em um despacho sobre disputa de terras na região de Coribe, no oeste do estado, o juiz Thiago Borges Rodrigues disse, antes de fundamentar sua decisão, que "não se sentirá intimidado por quem quer que seja".

"Fica o registro de que as tentativas de intimidações a este magistrado serão interpretadas não como ataques pessoais, mas como vilipêndio à magistratura e ao Poder Judiciário como um todo, pois é de bom alvedrio rememorar que o magistrado, por si só, é um órgão em si e, portanto, o próprio Poder Judiciário", afirmou.

O juiz decidia em um dos casos relativos a um empresário do agronegócio alvo de ações há mais de duas décadas, em que ele é acusado de atuar com funcionários armados com o objetivo de grilar terras na região. Mais de uma dezena de juízes já desistiu de julgar seus processos. **(José Marques/Folhapress)**



Apenas 5% dos beneficiários usam o aplicativo Meu INSS

Brasília - Dados da Assessoria Previdenciária do Brasil (APB) revelam que 95% dos aposentados e pensionistas desconhecem suas informações previdenciárias. Apenas 5% dessas pessoas sabem suas senhas de acesso ao aplicativo Meu INSS – utilizado para acessar os serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No aplicativo Meu INSS o beneficiário pode acessar dezenas de serviços, extratos e informações previdenciárias, como o valor do benefício, espécie e número do benefício no INSS, bem como informações sobre o banco responsável pelo pagamento. A ferramenta do governo federal pode ser acessada por computador, *site* ou celular, cujo aplicativo é compatível com dispositivos com sistemas Android e iOS.

O advogado fundador do Instituto Previdência e Cidadania, de Brasília (DF), Felipe Bocayuva, aponta quais são os prejuízos da falta de conhecimento da senha do Meu INSS e avalia que a desinformação sobre esse dado fragiliza o acesso às informações do próprio aposentado ou pensionista.

"Os prejuízos de não conhecer os próprios dados, os próprios acessos, as próprias situações, são o bloqueio, o impedimento dessa pessoa desse aposentado em conseguir acessar suas informações, em conseguir ter acesso e se empoderar das informações que são dele mesmo, dessa própria pessoa", diz Bocayuva.

O especialista destaca que saber a senha do Meu INSS contribui para o beneficiário acessar os serviços ofertados pelo INSS de casa, sem precisar se locomover às agências credenciadas.

"Saber a senha e saber o login do sistema Meu INSS é extremamente importante, justamente para que o segurado ou o aposentado, o usuário do INSS tenha acesso aos serviços do INSS primeiramente e, ainda, ter acesso aos seus próprios documentos, carta de concessão de aposentadoria, carta de concessão do seu benefício, o seu extrato de contribuições previdenciárias, simulações de benefício, solicitações de atualizações de cadastro, prova de vida à distância, da sua própria casa, do seu próprio lar, a todo aparato, a todo conglomerado de serviços do INSS", ressalta Bocayuva.

O especialista aponta que as dificuldades com as novas tecnologias podem distanciar os aposentados do acesso ao Meu INSS, porém, segundo ele, confiar os dados a uma pessoa de confiança é uma alternativa.

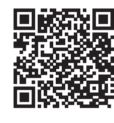
O acesso ao Meu INSS é feito por meio do cadastro da *conta gov.br*. O interessado deve fazer login no *site*, informando o número de CPF e a senha criada anteriormente. Caso não lembre a senha, Felipe Bocayuva explica que a recuperação dos dados previdenciários pode ser feita em alguma agência do INSS ou no próprio *site*.

Golpes e fraudes - A advogada especialista em direito previdenciário, Vivian Mendes, de Santos (SP), pontua que outro risco de não saber o login do aplicativo Meu INSS é de o usuário ser vítima de empréstimos feitos por terceiros.

"Os prejuízos de não conhecer os dados previdenciários em relação às pessoas que já são apostentadas e pensionistas, está basicamente em poder sofrer algum empréstimo consignado, em ter os seus dados vazados para utilização em abertura de contas, financiamentos, alguma coisa nesse sentido, utilizando-se os dados que estão disponíveis na plataforma do meu INSS", salienta Vivian Mendes.

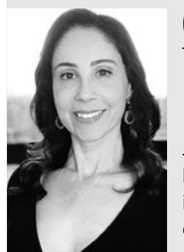
Ela reforça a importância de se ter cuidado com os próprios dados previdenciários, já que um dos golpes mais comuns contra aposentados é o empréstimo consignado. Inclusive, por meio do INSS é possível acessar os extratos de pagamento.

"Se esse empréstimo tiver uma parcela pequena de desconto, às vezes a pessoa nem percebe que vem sendo descontado no seu benefício. Quando vai ver detalhadamente é que verifica a existência de um empréstimo consignado, que não foi por ela requerido. Então, esse é o principal golpe, o principal prejuízo que a gente vê em relação aos aposentados", afirma a advogada. **(Brasil 61)**



FINANÇAS

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



CRISTIANE LEITE

Jornalista. Planejadora financeira. Possui experiência em atendimentos individual e familiar. Pós-graduada em planejamento financeiro e em gestão estratégica da comunicação

Jorginho Guinle: do luxo à ruína

Jorge Eduardo Guinle, conhecido como Jorginho Guinle, foi um dos *playboys* mais famosos do Brasil. Sua vida foi marcada por festas extravagantes, romances com estrelas de Hollywood e uma fortuna herdada de sua família, fundadora do Porto de Santos.

Nascido em 1916, Guinle teve uma vida de excessos desde cedo. Ele viajou pelo mundo todo, frequentando eventos de alto padrão. Guinle era presença constante em festas luxuosas e estabelecimentos exclusivos, como o Hotel Copacabana Palace.

Guinle foi conhecido por seus romances com atrizes e celebridades internacionais, como Rita Hayworth, Marilyn Monroe e Ava Gardner. Ele gastou milhões em presentes caros, viagens, festas e carros de luxo, sem se preocupar com o amanhã. Seu lema era: "Só se vive uma vez".

Com o tempo, os gastos exorbitantes começaram a superar a renda gerada pelos investimentos da família. Além disso, mudanças econômicas e a inflação dos anos 1980 e 1990 no Brasil reduziram significativamente o valor de seu patrimônio. Jorginho continuou a gastar de forma imprudente, sem ajustar seu estilo de vida ao novo cenário.

Nos anos 90, Jorginho Guinle já estava sem dinheiro. Ele foi forçado a vender propriedades e a depender da generosidade de amigos e familiares. Em uma entrevista, aos 87 anos, ele revelou que havia planejado viver até os 75. "Nenhum *playboy* de hoje pode ser meu sucessor. Todos têm um grave defeito: eles trabalham".

Concluiu dizendo: "O segredo do bem viver é morrer sem um centavo no bolso. Mas errei o cálculo e o dinheiro acabou antes da hora". Jorginho faleceu aos 88. Passou seus últimos anos morando de favor no Hotel Copacabana Palace.

A história de Jorginho Guinle mostra como a falta de planejamento financeiro pode levar à ruína.

Segundo a planejadora financeira e especialista em investimentos da SuperRico, Daniela Aissum, o maior erro de Guinle foi o seu comportamento. "Um estilo de vida de ostentação, sem planejamento e acompanhamento financeiro, pode trazer consequências irreparáveis quando a capacidade de gerar renda diminui e a necessidade de cuidados aumenta", disse.

De acordo com Daniela Aissum, o futuro financeiro de Jorginho Guinle seria outro se ele tivesse se atentado para a necessidade de convergir a curva da renda com o ciclo da vida: "Garantir um fluxo de caixa positivo para manter aportes, investir por objetivos e estar aberto a simplificações são atitudes essenciais para usufruir de bem-estar financeiro por toda a vida".

O exemplo de Jorge Guinle deve servir como um alerta para a necessidade de uma abordagem mais estratégica em relação às finanças pessoais. %

Títulos do Tesouro Direto giram R$ 5,68 bi em junho

% INVESTIMENTOS Número de operações chegou a 760.086, com R$ 3,27 bilhões em resgates e R$ 2,41 bilhões em emissões líquidas

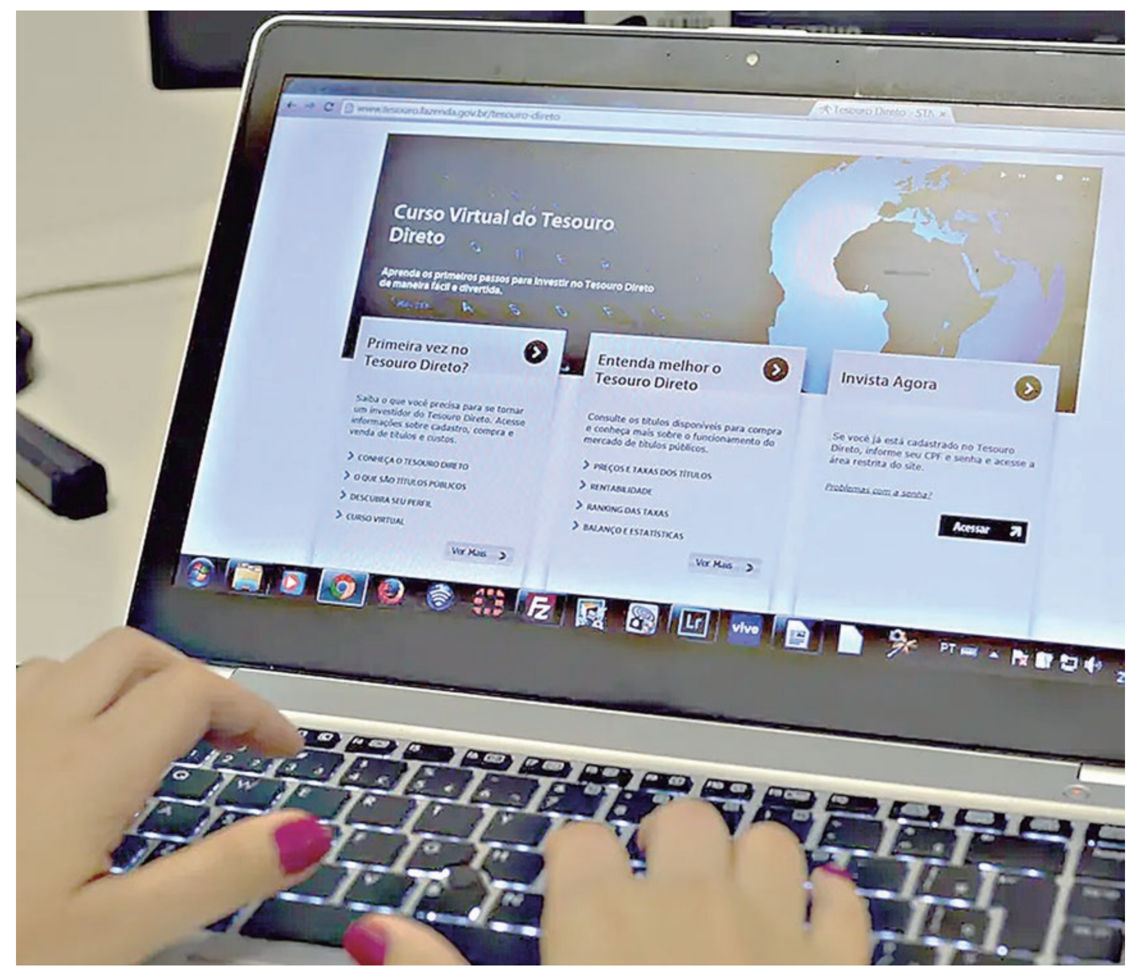
Brasília - Com 760.086 operações que somaram R$ 5,68 bilhões em junho, os investimentos em títulos do Tesouro Direto registraram o maior número da série histórica. De acordo com o Tesouro Nacional, foram registrados R$ 3,27 bilhões em resgates, e R$ 2,41 bilhões em emissões líquidas.

A maior parte (54,2%) teve como origem aplicações de até R$ 1 mil no mês. Já o valor médio por operação ficou em R$ 7.476,39. Com relação ao prazo, títulos com vencimento entre um e cinco anos foram os mais procurados, representando 60,3% do total. Aplicações em títulos com vencimento acima de dez anos representaram 27,3%. Já os títulos com vencimento de cinco a dez anos corresponderam a 12,3% do total.

O total de investidores ativos no Tesouro Direto chegou a 2.663.214 em junho, número que registra 44.213 pessoas mais no mês. Já o número de investidores cadastrados aumentou 17,4% em relação a junho de 2023, percentual que corresponde a 295.379 novos cadastros, em um total de 28.962.851 de pessoas.

Segundo o Tesouro, a maior demanda entre o grupo de títulos foram os indexados à inflação, com um total de R$ 3,06 bilhões, o que representa 53,8% do total observado em junho.

Títulos indexados à taxa Selic, que está em 13,5% ao ano, representaram 36,1% das vendas, somando R$ 2,05 bilhões. Já os títulos prefixados foram responsáveis por uma fatia de 10,1% do total, o que corresponde a um total de R$ 575,2 milhões em vendas.



A maior parte das operações no mês passado de títulos do Tesouro Direto (54,2%) foi de aplicações de até R$ 1mil FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

"Destaque para os novos títulos Tesouro RendA+, com R$ 218,1 milhões em vendas (3,8% do total), e Tesouro Educa+, com R$ 69,1 milhões em vendas (1,2% do total)", informou o Tesouro Nacional.

Títulos indexados à taxa Selic foram os que predominaram nas recompras (resgates antecipados), somando R$ 1,99 bilhão (60,8%). Títulos remunerados por índices de preços totalizaram R$ 917,6 milhões (28,1%), enquanto os prefixados totalizaram R$ 364,4 milhões (11,1%).

> **"Títulos indexados à taxa Selic predominaram nas recompras, somando R$ 1,99 bilhão (60,8%). Títulos remunerados por índices de preços totalizaram R$ 917,6 milhões (28,1%)"**

Estoque - O estoque total do Tesouro Direto fechou junho em R$ 143,2 bilhões. O resultado é 2,5% maior do que o observado em maio, quando fechou em R$ 139,6 bilhões.

Os títulos que se mantiveram como os mais representativos foram os remunerados por índices de preços, somando R$ 72,1 bilhões, o que representa 50,4% do estoque. Os títulos indexados à taxa Selic totalizaram R$ 52,2 bilhões (36,5% do total), enquanto os prefixados somaram R$ 18,9 bilhões (13,2%).

Os títulos com vencimento em até um ano responderam por 21,8% dos títulos em estoque no mês, totalizando R$ 31,2 bilhões. Os com vencimento entre um e cinco anos corresponderam a 46,7% das operações com títulos em estoque, totalizando R$ 66,8 bilhões. Já os com prazo de vencimento acima de cinco anos representaram 31,5%, somando R$ 45,2 bilhões.

A venda de títulos é uma forma que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. O Tesouro Nacional devolve o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente nos papéis pré-fixados. **(ABr)** %

% BOLETIM FOCUS

Mercado aumenta a estimativa de inflação

Brasília - A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do País, aumentou de 4,05% para 4,10% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da inflação subiu de 3,9% para 3,96%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. Em junho deste ano, o colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e o aumento das incertezas econômicas fizeram o BC interromper o corte de juros iniciado há quase um ano. Na última reunião, em junho, por unanimidade, o colegiado manteve a Selic nesse patamar após sete reduções seguidas.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 no patamar que está hoje, em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida, novamente, para 9% ao ano, para os dois anos.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

PIB - A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,15% para 2,19%. Para 2025, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,94%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento foi 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R$ 5,30 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R$ 5,25. **(ABr)** %

Dívida bruta soma 77,8% do PIB

CONTAS PÚBLICAS Com alta de 1,1 ponto percentual, o indicador de junho é o maior desde novembro de 2021

Brasília - A dívida bruta do Brasil atingiu 77,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em junho, aumento de 1,1 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados ontem pelo Banco Central (BC).

Esse é o maior patamar desde novembro de 2021, quando o indicador correspondia a 78,2% do PIB. No ano, o aumento acumulado é de 3,4 pontos percentuais do PIB. No mês passado, o saldo da dívida bruta ficou em R$ 8,7 trilhões.

A dívida bruta, que compreende governo federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e governos estaduais e municipais, é um dos principais indicadores econômicos observados pelos investidores na hora de avaliar a saúde das contas públicas. A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

De acordo com o BC, a variação mensal foi puxada para cima pelos juros nominais apropriados (aumento de 0,6 ponto percentual), pelas emissões líquidas (alta de 0,6 ponto) e pelo efeito da desvalorização cambial (elevação de 0,3 ponto). O resultado também é composto pela variação do PIB nominal, com redução de 0,4 ponto percentual.

Pelas projeções do Executivo, a dívida bruta continuará subindo até 2027, quando alcançará 79,7% do PIB, para só então começar a cair lentamente até 74,5% do PIB em 2034 - ainda assim, um patamar semelhante ao observado ao término de 2023 (74,4% do PIB).

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, atingiu 62,2% do PIB em junho (saldo de R$ 6,9 trilhões), elevação de 0,1 ponto percentual. Esse é o maior nível desde setembro de 2002, quando a dívida líquida estava em 62,4% do PIB. Em 2024, o aumento acumulado é de 1,3 ponto percentual do PIB.



O Banco Central atribui a variação mensal da dívida bruta aos juros nominais apropriados, que subiram 0,6 ponto percentual FOTO: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

> **"O setor público consolidado fechou junho com um déficit primário de R$ 40,9 bilhões, ante déficit de R$ 48,9 bilhões no mesmo mês do ano passado, uma redução de 16,4%, de acordo com a metodologia adotada pelo Banco Central"**

BPC - A tendência de alta do endividamento do governo reflete o peso das despesas previdenciárias, que cresceram no primeiro semestre. Outra despesa que teve aumento expressivo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Conforme a metodologia do BC, o setor público consolidado brasileiro fechou junho com um déficit primário de R$ 40,9 bilhões, ante déficit de R$ 48,9 bilhões no mesmo mês do ano passado (diferença de 16,4%).

O montante engloba os resultados de governo central (Tesouro Nacional, BC e Previdência), governos estaduais e municipais e de empresas estatais.

O resultado do mês passado refletiu déficit de R$ 40,2 bilhões do governo central (melhora e 13,5% na comparação interanual), mesmo com expansão das receitas federais, e de R$ 1,7 bilhão das estatais. Os estados e municípios, por sua vez, tiveram superávit de R$ 1,1 bilhão.

No critério nominal, que inclui as despesas com juros, o resultado do setor público consolidado foi deficitário em R$ 135,7 bilhões em junho. No mês passado, os juros corresponderam a R$ 94,9 bilhões. Comparativamente, em junho de 2023, o montante foi de R$ 40,7 bilhões. **(Nathalia Garcia/Folhapress)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		29/07/2024	26/07/2024	25/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,6250	R$ 5,6570	R$ 5,6470
	VENDA	R$ 5,6260	R$ 5,6580	R$ 5,6480
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6473	R$ 5,6459	R$ 5,6396
	VENDA	R$ 5,6479	R$ 5,6465	R$ 5,6402
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6710	R$ 5,6950	R$ 5,6790
	VENDA	R$ 5,8510	R$ 5,8750	R$ 5,8590

Fonte: BC

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	1,10%	2,45%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	1,87%	2,97%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	1,11%	2,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	2,68%	3,70%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	2,48%	4,23%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	5,06%	6,97%

TR/Poupança

21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676

Ouro

	29/07/2024	26/07/2024	25/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.384,09	US$ 2.387,03	US$ 2.364,43
BM&F-SP (g)	R$ 431,42	R$ 432,96	R$ 428,54

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

26/07.. US$ 361.948 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8056	0,8233
COLON/COSTA RICA	35	0,3625	0,3649
COLON/EL SALVADOR	40	0,01056	0,01079
COROA DINAMARQUESA	55	0,8187	0,819
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04081	0,04092
COROA NORUEGUESA	65	0,513	0,5133
COROA SUECA	70	0,5214	0,5216
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5375	1,5377
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6916	3,6932
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6473	5,6479
DOLAR CANADENSE	165	4,0754	4,077
DOLAR DA GUIANA	170	0,02683	0,02716
DOLAR CAYMAN	190	6,7632	6,8459
DOLAR CINGAPURA	195	4,2015	4,2045
DOLAR HONG KONG	205	0,723	0,7232
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8273	0,8392
DOLAR DOS EUA	220	5,6473	5,6479
FORINT/HUNGRIA	345	0,01553	0,01554
FRANCO SUICO	425	6,3718	6,3753
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007458	0,0007472
IENE	470	0,03668	0,03669
LIBRA/EGITO	535	0,1167	0,117
LIBRA ESTERLINA	540	7,2557	7,2587
LIBRA/LIBANO	560	0,000063	0,0000631
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004343	0,0004345
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1717	0,1718
NOVO SOL/PERU	660	1,5094	1,5103
PESO ARGENTINO	665	0,06742	0,06747
PESO CHILE	715	0,005894	0,005897
PESO/COLOMBIA	720	0,001388	0,001389
PESO/CUBA	725	0,2353	0,2353
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09501	0,09563
PESO/FILIPINAS	735	0,09633	0,09638
PESO/MEXICO	741	0,3025	0,3026
PESO/URUGUAIO	745	0,1402	0,1403
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7277	0,7297
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002681	0,002698
RENMINBI HONG KONG	796	0,7767	0,7768
RIAL/CATAR	800	1,5483	1,5492
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5053	1,5055
RINGGIT/MALASIA	828	1,2168	1,218
RUBLO/RUSSIA	830	0,06536	0,06537
RUPIA/INDIA	860	0,06742	0,06744
WON COREIA SUL	930	0,004085	0,004086
EURO	978	6,1087	6,1116

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

16/07	0,01365582	3,04799543
17/07	0,01365639	3,04812311
18/07	0,01365696	3,04825052
19/07	0,01365754	3,04838015
20/07	0,01365781	3,04843943
21/07	0,01365781	3,04843943
22/07	0,01365781	3,04843943
23/07	0,01365823	3,04853405
24/07	0,01365880	3,04866079
25/07	0,01365935	3,04878462
26/07	0,01365991	3,04891012
27/07	0,01366019	3,04897093
28/07	0,01366019	3,04897093
29/07	0,01366019	3,04897093
30/07	0,01366062	3,04906731

Fonte: Fenaseg

TBF

21/07 a 21/08	0,8087
22/07 a 22/08	0,8457
23/07 a 23/08	0,8461
24/07 a 24/08	0,8470
25/07 a 25/08	0,8105
26/07 a 26/08	0,7737

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.07.2024.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de junho/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota do Imposto de Renda devido no 2º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 5º da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de junho/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018).
Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de junho/2024
(art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de junho/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de junho/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015.
Darf Comum (2 vias)

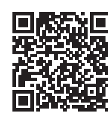
CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de junho/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 1ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 2º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003.
Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009.
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015.



VARIEDADES

Mesa ao Vivo traz aulas-show, palestras e degustações

Belo Horizonte vai receber nesta quinta-feira (1º) e sexta-feira (2) a 5ª edição do Mesa ao Vivo Minas Gerais. Este, que é o maior circuito gastronômico do País, idealizado e realizado pelo Mundo Mesa - Núcleo de Inteligência em Gastronomia que produz a revista e plataforma Prazeres da Mesa - reúne os principais *chefs* e especialistas em aulas-show, palestras, degustações, experiências e jantares exclusivos. A sede do evento será o Senac Belo Horizonte onde, sob a temática "Cozinha Mineira: Patrimônio, Origem e Futuro", prestigiados *chefs* e profissionais da gastronomia nacional se unem a alunos, entusiastas e o *trade* da gastronomia e turismo para um intercâmbio de conhecimentos. O objetivo principal é promover uma conexão consistente da escola com o mercado.



Mineiro Caio Soter é uma das atrações do Mesa ao Vivo, que começa nesta quinta-feira (1º) FOTO: DIVULGAÇÃO / FACULDADE ARNALDO JANSSEN

Ao todo, serão 34 atividades de aulas-shows de nomes como os mineiros Bruna Martins, Caio Soter, Flávio Trombino, além de Lucas Corazza, Carol Fiorentino, Elisa Fernandes, dentre outras importantes personalidades da gastronomia.

O evento inclui também programação gratuita e aberta ao público, batizada de Farofa Brasil. É uma feira que reúne produtores familiares de várias partes de Minas Gerais, com barracas de produtos próprios. São itens como azeite, cogumelos, frutas, geleias, queijos, vinhos e cachaças. É o espaço para conhecer e degustar as melhores bebidas e comidinhas entre as aulas do Mesa Ao Vivo.

Já as atividades pagas da Mesa ao Vivo se dividem em duas frentes: aulas-shows e salas de degustações, com ingressos que variam de R$ 50 a R$ 90. Nas salas de degustação, estão previstos cafés, queijos, vinhos, cervejas e cachaças.

Além de promover conversas e práticas sobre o universo da comida, o evento oferece jantares magnos, que proporcionam uma experiência única aos participantes, onde pratos elaborados e técnicas culinárias inovadoras de renomados chefs são apresentados em um ambiente de refinamento e apreciação gastronômica.

O Mesa - Reconhecido como uma incubadora de talentos gastronômicos e de empresas visionárias do setor, o Mesa ao Vivo proporciona uma experiência imersiva que impulsiona e fortalece o cenário gastronômico nos cenários regional e nacional. O evento mineiro possui a correalização da Cumbucca Projetos e patrocínio educacional do Senac Minas, que apresenta a 5ª edição.

O tema proposto para 2024 - "Cozinha Mineira: Patrimônio, Origem e Futuro" - ganhou força, já que o governo do Estado entende que a cozinha mineira garante desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda e também é política de Estado. Em março deste ano, a Secretaria de Estado de Lazer e Turismo (Secult) lançou o projeto "Ano da Cozinha Mineira - Clássica e Contemporânea", que envolve um trabalho conjunto entre as secretarias e parceiros com o objetivo de fomentar e estimular a culinária mineira em todo o Brasil e também no exterior.

"Minas é uma referência de patrimônio imaterial da gastronomia. Tem uma história importante, mas não vive só do passado, e o Mesa ao Vivo vem mostrar quem faz a nova cozinha mineira. As aulas serão incríveis, mostrando os novos talentos do Estado", complementa a sócia-diretora do Mundo Mesa, Mariella Lazaretti, que é a realizadora do circuito.

Toda a programação, preços das aulas-shows, horários e ingressos podem ser conferidos no site: *www.prazeresdamesa.com.br*.

> **"Evento também inclui programação gratuita e aberta ao público, batizada de Farofa Brasil, com barracas de produtores familiares de várias partes de Minas Gerais"**

Savassi Festival tem jazz em vários espaços

O Savassi Festival continua a escrever sua história de fomento ao jazz e à música instrumental na capital mineira. Até este domingo (4) a programação tem shows, ensaios abertos ao público, masterclasses e residências artísticas para mulheres. O evento chega à 22ª edição com força total, mantendo o compromisso em oferecer uma programação diversa e inclusiva, com atrações gratuitas, nacionais e internacionais, e algumas com couvert artístico.

"Nesse período, o festival realizou edições no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Nova York e, mais recentemente, em Lisboa. Desenvolvemos também uma série de iniciativas educacionais. O projeto cresceu, mas nasceu como um evento de rua, então no nosso DNA tem o espírito da música na cidade, que é democrático, por princípio", comenta o idealizador, Bruno Golgher.

Nesta edição, o Savassi Festival ocupa espaços públicos (Praça da Savassi e Pracinha do Clube), casas de shows e bares (Soul Jazz Burger, Chopperhead Garage, Café com Letras e Clube de Jazz Café com Letras), estúdios (Panorama Audiovisual, Galvani, Galeria Resistor, Engenho e Locomotiva) e o Conservatório da UFMG.

Os ensaios abertos continuam com Flavio Silva, hoje (30), que traz seu projeto Eko, uma mistura do jazz e ritmos afro-brasileiros; com o duo, que já passou por 20 países, Lívia Nestrovski e Fred Ferreira, na quarta (31); a música criativa do duo Alexandre Gismonti & Jean Charnaux, na quinta (1/8), e o premiado baterista e compositor Felipe Continentino apresentando o seu primeiro disco e inéditas, na sexta (2/8).

O último dia do Savassi Festival (4/8) tem extensa programação e começa com as atrações do Jazzinho, pela manhã, na Praça da Savassi. Todas as informações estão disponíveis no site do evento: *savassifestival.com.br*.



Glaw Nader vai se apresentar no Palco Mulheres na Música Instrumental
FOTO: DIVULGAÇÃO / EDUARDA ARAÚJO

"Jandira – Em Busca do Bonde Perdido"

A Capital recebe neste sábado (3/8) e domingo (4), no palco do Teatro do Centro Cultural Unimed–BH Minas (rua da Bahia, 2.244, Lourdes), o espetáculo "Jandira - Em Busca do Bonde Perdido". É um texto inédito da atriz e dramaturga Jandira Martini, que faleceu em janeiro deste ano. O trabalho chega aos palcos dirigido por Marcos Caruso e com a atriz Isabel Teixeira estrelando o monólogo, convidando o público a um passeio pelas memórias mais marcantes da autora, como os blocos carnavalescos, as descobertas da infância, a vida dedicada ao teatro e a descoberta do câncer. No espetáculo, a personagem-título fala dos dramas humanos: a tomada de consciência da finitude, a fragilidade humana e o inevitável confronto com a morte. BH é a primeira cidade a receber a peça após a estreia em Santos. A venda de ingressos é na bilheteria do teatro e na plataforma *Sympla*.



FOTO: DIVULGAÇÃO / ROBERTO SETTON

Curta Circuito

A 24ª Mostra de Cinema Nacional Curta Circuito traz a segunda sessão da programação hoje (30), às 19h, no Cine Humberto Mauro, no Palácio das Artes. Serão exibidos dois filmes: o longa "Mar de Rosas", dirigido por Ana Carolina e o curta-metragem "Histerias", dirigido por Inês Castilho. As duas diretoras estarão presentes na sessão e participarão de bate-papo com a plateia, junto com a jornalista e crítica de cinema, Flávia Guerra. Com a temática Transgressoras Brasileiras do Cinema, o Curta Circuito 2024 traz uma seleção de longas e também curtas dirigidos por mulheres durante a ditadura militar. Toda a programação é gratuita, com os ingressos sendo distribuídos na bilheteriado teatro uma hora antes de cada exeibição. A 24ª Mostra Nacional Curta Cicuito segue até o dia 15 de outubro em Belo Horizonte. Parte da programação também será exibida nas cidades de Araçuaí e Montes Claros, no Norte de Minas.

BBQX - Fogo & Brasa

O BBQX - Fogo & Brasa, maior evento de churrasco do Vetor Norte, vai agitar Pedro Leopoldo, na região metropolitana, neste fim de semana. O festival open bar e open food, com mais de 20 estações de comidas e bebidas, acontece neste sábado (3/8), das 12h às 20h, no Parque de Exposições Assis Chateaubriand. Os últimos ingressos estão à venda por meio do site oficial do evento: *https://bbqx.com.br/*. A iniciativa une os melhores assadores e entretenimento para todas as idades. Para agitar o público, o pop rock da banda Malta, o talento These Days (cover de Bon Jovi) e os talentos regionais Carlos & Henrique, Duda Costa, Chapeletas e Glemerson Silva prometem shows incríveis.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067